



portalbenews.com.br

ESTILO BE A trajetória do professor de música Paulo Santos entre o autismo e a superação de desafios ► **p23**



VITRINE Coluna desta semana destaca portos no exterior, prêmio à Santos Brasil e novidades na aviação ► **p24**



Divulgação



Matheus Oliva defende autonomia portuária e foco nos corredores

► **p9**

Divulgação



Guarulhos terá sistema para detectar e neutralizar drones

► **p14**



São Sebastião estreia sistema pioneiro entre portos públicos

PCS integra empresas, operadores e órgãos públicos em uma única plataforma e já ultrapassa mil transações desde agosto

► **p10**

PORTOS Neltume propõe terminal de US\$ 900 milhões no Porto de Montevidéu
► **p11**

FERROVIAS ANTT atualiza modelagem da Ferrogrão e envia projeto ao TCU
► **p13**

JUSTIÇA Após ordem de Fachin, Mendonça retira sigilo sobre 'Dark Horse'
► **p18**

EDITORIAL

A estratégia de São Sebastião

O Porto de São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, colocou em operação o primeiro Port Community System (PCS) de um complexo portuário público brasileiro estruturado nesse modelo. A plataforma integra 50 empresas e 47 usuários. E já ultrapassou mil transações no primeiro mês de funcionamento. Ela concentra informações, permite acompanhamento de processos e documentos e, ainda, oferece gestão de acessos e agendamentos, monitoramento da movimentação terrestre de cargas e consulta a indicadores operacionais. Foi desenvolvida pela equipe de TI do próprio porto, a partir de demandas levantadas junto à comunidade portuária, e custou R\$ 400 mil em aprimoramentos específicos — desconsiderando sistemas preexistentes que foram integrados à plataforma. Não tem custo para os usuários. Em termos de relação custo-benefício para infraestrutura digital portuária, é difícil encontrar uma comparação mais favorável no setor público nacional.

O Port Community System é uma categoria de plataforma que portos europeus e asiáticos operam há décadas. Hamburgo, Roterdã, Singapura e Antuérpia têm sistemas de integração de comunidade portuária que coordenam armadoras, terminais, despachantes, agentes de carga, órgãos aduaneiros e autoridades portuárias em tempo real, reduzindo o tempo de liberação de cargas, eliminando documentação redundante e criando visibilidade sobre o estado de cada operação que todos os atores do sistema podem consultar simultaneamente. O Portal Único do Comércio Exterior brasileiro avançou na direção da integração aduaneira, mas a integração da comunidade portuária no nível operacional, o que acontece dentro do porto, entre os atores que movimentam a carga, permanecia fragmentada na maior parte dos complexos nacionais. São Sebastião mudou isso, com tecnologia desenvolvida internamente e sem esperar por financiamento externo ou por solução tecnológica pronta.

O modelo de desenvolvimento adotado pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), controlada pelo Governo de São Paulo, tem características que merecem análise: demandas levantadas junto à comunidade antes do desenvolvimento, equipe interna de TI como executora, adesão voluntária sem custo para os usuários e plataforma concebida para evolução contínua. Cada uma dessas escolhas reflete aprendizados que sistemas de tecnologia desenvolvidos de fora para dentro, com consultoria externa que entrega produto acabado sem engajamento dos usuários, frequentemente ignoram.

O PCS de São Sebastião tem valor que vai além de suas funcionalidades específicas. Ele é a prova de que a digitalização da comunidade portuária é possível com recurso modesto, equipe interna e método correto de engajamento dos usuários e, principalmente, que não é necessário aguardar pelo sistema perfeito, pelo financiamento completo ou pela solução internacional para começar a construir integração digital. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos deveriam mapear o que foi feito em São Sebastião, a metodologia de levantamento de demandas, a arquitetura da plataforma, os módulos desenvolvidos, e avaliar o que pode ser replicado ou adaptado nos demais portos públicos organizados brasileiros. Não necessariamente copiado integralmente, porque cada porto tem características operacionais distintas, mas aproveitado como referência de método e como argumento contra a paralisia que frequentemente acompanha projetos de transformação digital na administração pública.

A declaração do presidente da CDSS, Ernesto Sampaio, de que a plataforma foi concebida como ambiente de adesão voluntária e desenvolvimento contínuo é a chave que mais importa para o futuro do sistema. Plataformas de comunidade portuária falham quando são impostas sem engajamento real dos usuários. A adoção não acontece, os dados não são alimentados e o sistema se torna um formulário eletrônico sem valor de rede. Funcionam quando os usuários percebem benefício concreto em participar. E esse benefício concreto começa com funcionalidades simples que resolvem problemas reais imediatamente. Gestão de agendamentos, monitoramento de movimentação terrestre e acompanhamento de pendências documentais são exatamente esse tipo de funcionalidade: simples, verificável e com retorno imediato para quem usa. O sistema que começa bem nesses pontos básicos tem trajetória para incorporar integração mais complexa à medida que a confiança da comunidade cresce.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE

10 São Sebastião é primeiro porto público com novo sistema integrado

EDITORIAL

2 A estratégia de São Sebastião

INSIGHT

3 "Voluntariado corporativo: quando propósito se transforma em estratégia", por Béatrice de Toledo Dupuy

HUB

4 Avanço do frete marítimo pressiona mineradoras globais, inclusive as brasileiras

POLÍTICA

4 Datafolha: Lula e Flávio empatam tecnicamente

6 Por unanimidade, TSE rejeita candidatura de Pablo Marçal
Tarcísio mantém liderança em pesquisa

7 Renan nega apoio a Flávio no 2º turno e quer derrubar o Centrão
Caído é diagnosticado com pneumonia

POLÍTICA | OPINIÃO

8 "Qual é mais cruel ...", por Adilson Luiz Gonçalves

TRANSPORTES | PORTOS

9 Matheus Oliva defende autonomia portuária e foco nos corredores

10 APM Terminals Pecém bate recorde mensal de movimentação

11 Neltume propõe terminal de US\$ 900 milhões no Porto de Montevideu

TRANSPORTES | RODOVIAS

12 Acidentes com caminhões crescem 4,7% nas rodovias federais

TRANSPORTES | FERROVIAS

13 ANTT atualiza modelagem da Ferrogrão e envia projeto ao TCU

TRANSPORTES | AEROPORTOS

14 Guarulhos terá sistema para detectar e neutralizar drones

TRANSPORTES | AVIAÇÃO

14 Brasil recebe mais de 4 milhões de turistas internacionais por via aérea

ENERGIA

16 Axia conclui reforço de R\$ 20 milhões em subestação de Goiás

PETRÓLEO E GÁS

16 Petróleo cai no dia, mas fecha semana com alta superior a 8%

FINANÇAS

17 IPCA registra no mês de agosto a deflação mais intensa desde 2022
Dólar vai a R\$ 5,12; bolsa recua 0,56%

JUSTIÇA

18 Após ordem de Fachin, Mendonça retira sigilo sobre 'Dark Horse'

19 Andrei Rodrigues nega que PF tenha monitorado André Mendonça

20 Moraes pede que Plenário julgue seu caso e o de Mendonça juntos

21 Vercaro tinha informações do MPF, da PF e até da Interpol

INTERNACIONAL

22 Irã usou IA para escolher navios dos EUA como alvo, diz Anthropic
Japão pede ajuste no novo mapa-múndi

ESTILO BE

23 Comportamento, arte e tendências, com a jornalista Ivani Cardoso

VITRINE

24 Bastidores de festas, apresentações e visitas de autoridades, com a jornalista Núria Bianco



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor - Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editora-executiva | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design | Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br



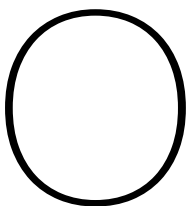


BÉATRICE DE TOLEDO DUPUY
Gerente Executiva de Comunicação Corporativa
e Sustentabilidade da Santos Brasil
Presidente do Conselho ESG dos fóruns Brasil Export
opinioao@portalbenews.com.br



► ESG

Voluntariado corporativo: quando propósito se transforma em estratégia



que uma empresa ganha quando seus colaboradores dedicam parte do seu tempo ao voluntariado?

A resposta mais óbvia seria: ajuda a quem precisa. Mas ela é incompleta.

2026 nos convida a olhar para o voluntariado de uma forma diferente. A ONU designou este como o Ano Internacional dos Voluntários para o Desenvolvimento Sustentável, reconhecendo o papel do voluntariado na aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e reforçando a importância de integrá-lo às estratégias de desenvolvimento.

No Brasil, esse movimento também ganhou escala. O Censo Brasileiro de Voluntariado Empresarial 2025, realizado pelo Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial (CBVE), registrou, em 2024, 131 mil voluntários, 34 mil ações e 7,3 milhões de pessoas alcançadas. Os números mostram a dimensão que o voluntariado empresarial vem alcançando no país.

Quando bem estruturado, o voluntariado corporativo desenvolve pessoas, fortalece culturas, aproxima empresas das comunidades e constrói relações de confiança. Em outras palavras, pode ser uma importante ferramenta de sustentabilidade e de estratégia empresarial.

Desde 2008, o Programa Sou Voluntário, da Santos Brasil, mobiliza colaboradores em ações sociais contínuas, realizadas em parceria com instituições das regiões onde a Companhia está presente. Em 2025, foram 421 voluntários, 17 ações e 1.392 horas dedicadas.

Mas o número que mais me interessa não está nessa conta. Está naquilo que acontece depois de cada ação.

Quando um profissional sai da rotina corporativa para conhecer outra realidade, ele não leva apenas seu tempo. Leva experiência, habilidades e disposição para contribuir. E volta diferente: com novas perspectivas, maior capacidade de escuta e uma compreensão mais concreta dos desafios que existem fora dos muros da empresa.

Em um ambiente de negócios cada vez mais orientado por tecnologia, dados e inteligência artificial, competências humanas como empatia, colaboração e capacidade de adaptação ganham ainda mais valor. O voluntariado cria um espaço real para exercitar e desenvolver essas habilidades.

Por isso, não vejo essa prática apenas como uma iniciativa social. Ela também é uma experiência de desenvolvimento e fortalecimento da cultura organizacional.

Há ainda uma dimensão especialmente relevante para empresas de infraestrutura, logística e portos: a relação com os lugares onde estão inseridas.

Nenhuma operação existe de forma isolada. Empresas fazem parte de cidades, comunidades e ecossistemas que influenciam e são influenciados por sua presença. Conhecer essas realidades, ouvir diferentes atores e estabelecer relações de confiança é fundamental para construir uma atuação sustentável no longo prazo.

Nesse sentido, o voluntariado pode funcionar como uma ponte entre empresas e comunidades. Uma ponte entre conhecimento e oportunidade, entre quem pode contribuir e quem precisa de apoio.

Mas, para cumprir esse papel, é preciso ir além das ações pontuais.

Um programa consistente começa pela escuta: quais são as necessidades daquela comunidade? Quais organizações já atuam ali? Onde as competências dos colaboradores podem fazer diferença? Como construir parcerias que tenham continuidade?

Também precisamos ampliar a forma de medir os resultados.

Quantas pessoas participaram? Quantas horas foram dedicadas? Quantas ações foram realizadas? Esses indicadores são importantes, mas não contam toda a história.

A pergunta mais relevante é: o que mudou depois da nossa participação?

Pode ser uma criança que teve acesso a uma nova oportunidade, uma organização social que fortaleceu sua atuação, uma comunidade que passou a contar com novas ferramentas ou um colaborador que retornou ao trabalho com uma percepção diferente sobre a sociedade.

Existe, portanto, um valor que nem sempre aparece nos indicadores tradicionais: as conexões que se criam, as experiências compartilhadas e a confiança que se constrói.

E há uma oportunidade ainda maior: colocar as próprias competências profissionais a serviço das causas. Comunicação, tecnologia, gestão, finanças, engenharia, recursos humanos, logística. Cada área pode contribuir de maneira diferente.

Conhecimento também é uma forma de voluntariado.

Essa visão aproxima o voluntariado da própria estratégia de sustentabilidade. ESG não se resume a metas, indicadores ou relatórios.

Esses instrumentos são fundamentais, mas a transformação acontece quando compromissos passam a orientar comportamentos e decisões.

É aí que o voluntariado ganha força: ao transformar propósito em experiência concreta.

Para empresas que atuam em setores essenciais ao desenvolvimento do país, essa conexão é ainda mais importante. Portos, ferrovias, rodovias, terminais e centros logísticos movimentam cargas e conectam mercados, mas também fazem parte da vida das comunidades por onde passam.

Assim como a infraestrutura física conecta pessoas, produtos e mercados, o voluntariado pode criar conexões que não aparecem nos mapas logísticos: entre empresas e comunidades, entre conhecimento e oportunidade, entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

Talvez seja essa a evolução que precisamos buscar: deixar de enxergar o voluntariado como uma atividade de calendário e tratá-lo como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento humano e social.

Porque sustentabilidade não é apenas reduzir impactos ou cumprir metas. É também contribuir para criar as condições para que as comunidades onde uma empresa atua possam prosperar.

No fim, o verdadeiro retorno do voluntariado não está apenas naquilo que a empresa entrega. Está naquilo que ajuda a construir: confiança, desenvolvimento e um futuro compartilhado.

E talvez essa seja a essência do voluntariado corporativo: pessoas colocando tempo, conhecimento e propósito a serviço de algo maior do que elas mesmas.

POLÍTICA



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redebenewscom.br

As mineradoras e o gargalo do frete

O forte avanço nos custos do frete marítimo internacional para commodities a granel transformou-se no principal gargalo rentabilidade das mineradoras globais. Segundo relatório elaborado pelos analistas Marcio Farid, Emerson Vieira e Henrique Marques, do banco Goldman Sachs, a alta das tarifas de transporte reduziu os preços recebidos pelos exportadores nos portos de origem (valor FOB) aos níveis mais baixos registrados desde 2018.

Brasil penalizado

Embora a cotação do minério de ferro entregue na China tenha mantido relativa estabilidade no patamar dos US\$ 100 por tonelada, os fretes cobrados pelos navios da classe capesize mais que dobraram em relação à média da última década nas rotas estratégicas Brasil-China (chegando a US\$ 40/t) e Austrália-China (na casa dos US\$ 20/t). A alta no custo do frete penaliza diretamente a competitividade do produto brasileiro em relação ao concorrente australiano, cuja distância geográfica até os portos asiáticos é significativamente menor.

Mercado pressionado

A Goldman Sachs calcula que o mercado global de navios capesize opera com um déficit estrutural de 3 milhões a 5 milhões de toneladas por mês em capacidade de transporte, uma oferta reduzida diante da alta demanda. E esse aperto não deve se equilibrar antes de 2028 ou 2029. E ainda há movimentações de mercado diminuindo ainda mais a disponibilidade do serviço de transportes, como a forte demanda pelo transporte de bauxita na Guiné e o início gradual das operações do projeto de minério de ferro de Simandou, no oeste africano. Outros fatores que pressionam a alta do frete são o aumento nos preços do bunker (combustível marítimo) e os sucessivos tufões no Sudeste Asiático, que forçaram as armadoras a reduzirem a velocidade de navegação, estendendo o tempo de viagem das rota transoceânicas.

Protegidos e vulneráveis

A combinação de minério entregue na China a US\$ 100/t com frete de US\$ 40/t torna a operação inviável para trechos dependentes do mercado spot, segundo análise da Goldman Sachs. Estimativas do banco apontam que entre 50 milhões e 70 milhões de toneladas anuais de minério produzido no Brasil operam atualmente no limite do ponto de equilíbrio (o break-even). Nessa avaliação, a Vale se mostra menos exposta, pois 90% a 95% dos embarques de 2026 e 80% de 2027 estão cobertos por contratos de longo prazo. Já a CSN Mineração está mais vulnerável, por não contar com hedge ou proteção contratual de frete.

Datafolha: Lula e Flávio empatam tecnicamente

Presidente tem 46% das intenções de voto no 2º turno contra 44% do senador: empate dentro da margem de erro

Divulgação



No 1º turno, Lula, que tinha 38% no levantamento anterior, oscilou positivamente para 39%. Já Flávio saiu de 33% para 35%

Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) estão empatados em um eventual segundo turno na disputa pela Presidência da República, de acordo com pesquisa Datafolha divulgada nesta sexta-feira, 11. O petista tem 46% das intenções de voto, contra 44% do candidato do PL. Brancos e nulos somam 8% e indecisos, 1%.

Na rodada anterior, divulgada há uma semana, o placar era o mesmo: Lula tinha 46% e Flávio, 44%. O Datafolha entrevistou 2.002 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 8 e 11 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança, 95%.

O levantamento, contratado pelo jornal Folha de S. Paulo e pelo grupo Globo,

foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo BR-01833/2026.

O empate também se repete no cenário estimulado de primeiro turno. Lula, que tinha 38% no levantamento anterior, oscilou positivamente para 39%. Já Flávio saiu de 33% para 35%.

Augusto Cury (Avante) oscilou negativamente, de 8% para 6%. Ronaldo Caiado (PSD) marcou 4%, Renan Santos (Missão), 3%, e Romeu Zema (Novo), 2%.

Samara Martins (UP), Edmilson Costa (PCB), Clariana Barão (DC) e Rui Costa Pimenta (PCO) pontuaram 1%. Brancos e nulos são 6% e indecisos, 4%.

Para um candidato ser eleito no primeiro turno, ele precisa ter 50% mais um dentre todos os votos válidos. Esse cálculo desconsidera, por exemplo, os ausentes e os votos em branco ou nulo. No momento, nenhum dos candidatos se aproxima desse patamar.

Votos válidos

O presidente Lula tem 43% dos votos válidos (sem contar os nulos e brancos) no

cenário sem Marçal e 42% no cenário com o influenciador. Flávio Bolsonaro tem 38% no cenário com Marçal e 37% sem o influenciador. Augusto Cury, 6% nos dois cenários. Caiado tem 4% dos dois cenários.

Pesquisa espontânea

No cenário espontâneo, Lula tem 33% (uma melhora em relação aos 31% na última semana), Flávio Bolsonaro tem 25% (eram 22%) e Augusto Cury tem 3% (eram 5%). Jair Bolsonaro, que não concorrerá neste ano porque está preso e inelegível, teve 2% (foram 3% no último levantamento). Renan Santos teve 2% (mesmo percentual da última pesquisa). Ronaldo Caiado teve 1% (mesmo percentual do último levantamento).

O Datafolha ouviu 2.002 pessoas de 16 anos ou mais em todo o País de 8 a 10 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos. O índice de confiança é de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o número BR-01833/2026.

SUL EXPORT 2026

GRUPO
BRASIL
EXPORT

17 e 18 de setembro

PRESENCAS CONFIRMADAS



FERNANDO FURIATTI
Secretário de
Infraestrutura e Logística
do Estado do Paraná



**ANA PAULA
NIEDZIELUK LISBOA**
Procuradora Seccional da
União no Estado do Paraná



FABIO SILVEIRA
Presidente da
Portos RS

E MUITAS OUTRAS AUTORIDADES

 **FOZ DO IGUAÇU - PR**

Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News



www.forumbrasilexport.com.br

**SUL
EXPORT**
FÓRUM REGIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

PATROCÍNIO



INICIATIVA E REALIZAÇÃO



APÓIO



PRODUÇÃO



MARKETING



MÍDIA OFICIAL



POLÍTICA

Por unanimidade, TSE rejeita candidatura de Pablo Marçal

Mesmo inelegível até 2032, o ex-coach se candidatou à presidência com base em uma liminar. Porém, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu pelo indeferimento do registro

Estadão Conteúdo

Por unanimidade, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu nesta sexta-feira (11) pelo indeferimento do registro de candidatura de Pablo Marçal à Presidência da Re-

pública. Os sete ministros da Corte acompanharam o entendimento pela rejeição do pedido apresentado por Marçal e pelo PRTB.

Relatora do processo, a ministra Estela Aranha abriu a votação pela negativa do registro. O posicionamento foi seguido por Ricardo Villas Bôas, Nunes Marques, André Mendonça, Antônio Carlos Ferreira, Floriano Pei-

xoto e Dias Toffoli.

Marçal está inelegível, mas registrou a candidatura com base em uma liminar em que apresentou uma filiação ao PRTB retroativa a abril deste ano. Até então, ele estava filiado ao União Brasil. O pedido do influenciador para concorrer à Presidência foi impugnado pelo Ministério Público Eleitoral.

Marçal foi condenado

à inelegibilidade três vezes, mas recorreu e conseguiu reverter duas condenações. A pena que segue em vigor decorre da promoção de um “campeonato de cortes” entre seus apoiadores durante as eleições municipais em São Paulo em 2024. O influenciador oferecia compensações em dinheiro a quem produzisse vídeos que o promovessem. A Justiça Eleitoral entendeu ter havido uso indevido dos meios de comunicação.

Marçal também recorreu da condenação pelo “campeonato de cortes” e, dos quatro crimes pelos quais havia sido condenado na primeira instância, obteve o afastamento de duas imputações, mas a inelegibilidade foi mantida. Ainda cabe recurso da condenação ao TSE.

O MP Eleitoral alegou que, além de não estar apto a concorrer por cumprir pena de inelegibilidade, a filiação ao PRTB apresentada por Marçal não é válida.

Em 2024, o ex-coach concorreu à Prefeitura de São Paulo pelo PRTB. Em

abril deste ano, deixou a sigla rumo ao União Brasil. Por meio de uma liminar concedida às vésperas do fim do prazo para o registro de candidatos, o influenciador sustentou ainda estar filiado à antiga legenda.

TRE-SP

O juiz Ronnie Herbert Barros Soares, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), julgou procedente uma ação movida por Tarcísio de Freitas (Republicanos) e determinou que o deputado estadual e candidato à reeleição Antonio Donato (PT) publique, em suas próprias redes sociais, um direito de resposta do governador de São Paulo.

A decisão do TRE-SP se refere a um vídeo divulgado por Donato no Instagram, no X, no Facebook e no TikTok em que ele atribuiu diretamente a Tarcísio envolvimento em corrupção e recebimento de propina a partir de informações relacionadas a uma proposta de delação premiada.

Reprodução / Redes Sociais



Pablo Marçal foi condenado à inelegibilidade três vezes. Ele recorreu, mas só conseguiu reverter duas condenações

Tarcísio mantém liderança em pesquisa

Segundo o Datafolha, governador tem 49% das intenções de voto no 1º turno. Haddad tem 29%

Estadão Conteúdo

Pesquisa Datafolha divulgada nesta sexta-feira, 11, mostra que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), lidera com folga a disputa em São Paulo, com chances altas de vencer já no primeiro turno. Segundo o levantamento, Tarcísio tem 49% das inten-

ções de voto, contra 29% do ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT).

Para efeito de comparação, na última pesquisa, de 21 de agosto, Tarcísio tinha 45% das intenções de voto. Haddad tinha 27%.

Na pesquisa divulgada nesta sexta-feira, os outros candidatos que aparecem na sequência são os seguintes: Policial Edjane (Agir): 3%; Carlos Machado (PCB): 3%; Vera Lúcia (PSTU): 2%; Vivian Mendes (UP): 2%; e Izadora Dias (PCO): 1%. Em branco/nulo/nenhum: 8%; Indeciso: 3%.

Para um candidato ser eleito no primeiro turno, ele precisa ter 50% mais um dentre todos os votos válidos. Esse cálculo desconsidera, por exemplo, os ausentes e os votos em branco ou nulo. Considerando apenas os votos válidos, Tarcísio teria 56% dos votos, contra 32% de Haddad nesse cenário.

Senado

Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (PSB) têm 13% das intenções de voto na disputa pelas duas vagas ao Sena-

do por São Paulo, segundo pesquisa Datafolha divulgada nesta sexta-feira, 11. André do Prado (PL) aparece com 11% e Guilherme Derrite (PP), com 10%. Os quatro estão tecnicamente empatados dentro da margem de erro de dois pontos percentuais.

Ricardo Salles (Novo) registra 5%. Geraldo Rufino (Podemos) e Guto Schiavetto (Missão) têm 3% cada. Soninha Francine (Cidadania), Marcio Alves (UP), Dra. Eliana Ferreira (PSTU), William Teixeira (Agir) e Máira de Souza (UP) aparecem com

2% cada. Ednelson Cesaretti (PCO) tem 1%, enquanto Weller Gonçalves (PSTU) e Petter Maahs (PCB) não pontuaram. Brancos, nulos ou nenhum somam 18% e os indecisos, 14%.

O cenário considera as menções para a primeira e a segunda vagas ao Senado em um total reduzido a 100%.

O Datafolha ouviu 1.610 eleitores no Estado de São Paulo de 8 a 10 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Renan nega apoio a Flávio no 2º turno e quer derrubar o Centrão

Apesar de ser mais alinhado à direita, candidato chama o senador de “estúpido” e “bandido” e descarta chance de apoiá-lo em um eventual segundo turno contra Lula

Reprodução / Youtube

Estadão Conteúdo

O candidato à Presidência da República Renan Santos (Missão) negou um eventual apoio ao seu adversário Flávio Bolsonaro (PL) em um segundo turno das eleições, assim como ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“Jamais vou trabalhar com a hipótese de eu me juntar a algum desses grupos políticos, porque eles são corruptos”, disse, durante sabatina do UOL e Folha de S. Paulo nesta sexta-feira, 11. O candidato disse, também, que Flávio Bolsonaro é “estúpido”. “O Flávio Bolsonaro é um bandido da política”, afirmou.

Sobre a crise do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidencialável afirmou: “Eu imagino que esses fatos vão alterar a dinâmica das eleições nas próximas duas semanas, mas



Renan Santos disse que o Centrão é a grande anomalia da política brasileira e seu partido, o Missão, tem o dever de derrotar esse grupo

até agora já deveria haver alterações. Eu acho que esse cansaço do eleitor é a grande novidade política que nós temos”. Ele voltou a afirmar que não reconhece o ministro Alexandre de Moraes como legítimo após as revelações sobre um suposto envolvimento dele com o Banco Master.

Ao ser questionado sobre quem seria mais afetado pela crise no Supremo, o candidato afirmou que acredita que Lula será o

mais afetado, mas acrescentou: “Vamos ver o que vai sair do Flávio”.

Renan Santos também voltou a criticar o Centrão. “Derrotar o Centrão, que pra mim é a grande anomalia da política brasileira, é o dever do meu partido político”, disse.

“O compromisso nosso em tornar a democracia brasileira funcional é um compromisso histórico. A vitória do Partido Missão vai ser necessariamente a vitória da demo-

cracia no Brasil”, afirmou.

O candidato voltou a defender a desvinculação do piso da saúde e da educação. “A desvinculação do piso da saúde e da educação, vai permitir que haja um controle de contas públicas e uma maior capacidade do governo de propor seu orçamento, aumentar a capacidade de investimento, isso aumenta a riqueza geral, e aumentando a riqueza geral, você aumenta o poder de compra”, disse.

Santos afirmou que, em sua proposta, o modelo do salário mínimo não fica inalterado. “A questão toda é gatilhos automáticos para reajustes de benefícios usando o salário mínimo”, afirmou.

Pena de morte

O candidato, afirmou ser pessoalmente favorável a pena de morte, mas negou que seria algo trabalhado em um primeiro mandato. “Nos quatro anos de mandato, acho que é uma discussão que não é possível”, declarou. Ao ser questionado se ele se considera um radical, Renan Santos negou e defendeu acreditar ser uma pessoa “sensata”.

Em um esquema de perguntas e respostas instantâneas, conhecido como “pinga-fogo”, o candidato afirmou ser a favor de uma dosimetria para os condenados no 8 de janeiro, alteração completa no foro privilegiado, além de voltar a dizer que é contrário à reeleição. O candidato afirmou, também, que é favorável à autonomia do Banco Central.

Caiado é diagnosticado com pneumonia

Ex-governador de Goiás e candidato à presidência permanece internado em São Paulo

Estadão Conteúdo

O candidato à Presidência da República Ronaldo Caiado (PSD) foi diagnosticado com pneumonia e permanece internado no Hospital Vila Nova Star, em São Paulo. De acordo com o boletim divulgado nesta sexta-feira, 11, o “paciente

encontra-se clinicamente estável, respirando espontaneamente e apresentando boa evolução clínica”.

“Foi realizada tomografia de tórax, que confirmou o diagnóstico de pneumonia. Diante desse achado, o diagnóstico foi atualizado e o tratamento, ajustado”, diz o boletim médico assinado pela médica Ludhmila Abrahão Hajjar.

Caiado foi internado na manhã da quinta-feira, 10,

por suspeita de uma faringite aguda, uma inflamação rápida e dolorosa da faringe (a parte de trás da garganta). Após passar por exames complementares, foi constatado o quadro de pneumonia.

“Na avaliação inicial, o paciente apresentava quadro clínico compatível com faringite aguda, tendo sido indicada internação para tratamento e acompanhamento médico”, diz o boletim médico.

No início desta semana, antes da internação, Caiado afirmou que realizaria na próxima segunda-feira, 14, um debate “paralelo” sem a participação de Lula e Flávio Bolsonaro. “Tanto eu quanto o Renan, quanto o Zema, como o Cury, vamos, a partir de segunda-feira, ter o primeiro debate paralelo”, declarou.

Segundo o candidato, a iniciativa se dá pela decisão dos adversários Luiz Inácio

Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) de faltarem aos debates e levarem as emissoras a cancelá-los. “Esse é um debate em que nós vamos colocar uma cadeira para o Lula, uma cadeira para o Flávio Bolsonaro, vamos perguntar para eles também, mesmo na ausência deles”, disse o ex-governador de Goiás.

Apesar do plano, o debate não foi confirmado após a internação do candidato.

POLÍTICA | Opinião



ADILSON LUIZ GONÇALVES
Escritor, engenheiro, pesquisador universitário
e membro da Academia Santista de Letras

opinioao@portalbenews.com.br

▶ ESTRATÉGIA

Qual é mais cruel ...

● ● ● o Estado ou o mercado?

Há quem critique o papel do Estado e quem odeie o mercado, entendido como iniciativa privada ou capitalismo.

Historicamente, ambos têm usado meios semelhantes para buscar seus objetivos. Isso também vale para a disputa entre regimes de esquerda e direita, democráticos ou autoritários. Há extremos dos dois lados.

O objetivo de seus atores é, em tese, resolver problemas e, prioritariamente, perpetuar-se na liderança. Mas os métodos utilizados nem sempre consideram os seres humanos sujeitos às suas crenças e decisões.

Já houve regimes políticos que usaram métodos desumanos para combater a fome ou impor suas ideologias. O “Holodomor”, na Ucrânia, e os expurgos e “gulags” dos tempos de Stálin; o “Holocausto Judeu” e o massacre de outras pessoas consideradas de “raças inferiores”, pelo nazismo de Hitler; o “Genocídio Armênio”, perpetrado pelo Império Otomano; o “Holocausto do Congo”, nos tempos do Rei Leopoldo II, da Bélgica; O “Holocausto da Namíbia”, levado a cabo pelo então Império Alemão; o “Genocídio em Ruanda”; os extermínios liderados por Pol Pot, no Camboja; as perseguições e a “Grande Fome”, nos tempos de Mao Tsé-Tung, na China.

Voltando no tempo, houve o assassinato de primogênitos de hebreus, por ordem do faraó Seti I, repetido por Herodes, tempos depois; e o flagelo na invasão mongol, comandada por Gengis Khan. São exemplos dessas “soluções” radicais, comuns em ditaduras.

Todos vitimaram milhões de seres humanos!

As novas gerações deveriam conhecer a história e não narrativas oportunistas, para evitarem a repetição desses crimes contra a humanidade. Infelizmente, já ouvi estudantes de universidades públicas e até seus professores defenderem o extermínio de quem não comungue suas ideologias com uma “boa bala” num “paredón”.

Problemas complexos demandam soluções complexas, pois a falta de ponderação racional sobre todas as variáveis e fatores influentes tende a gerar mais problemas do que soluções.

Quanto menos inteligentes e mais ambiciosos são os líderes públicos e privados, maior o risco de decisões radicais e temerárias, com amplas e nefastas consequências, algumas universais.

A educação de boa qualidade não inclui doutrinação fanatizante, pois isso tolhe a capacidade de discernimento do ser humano, atualmente denominada “imunização cognitiva”.

A imposição de leituras “autorizadas” normalmente implica proibição e até destruição de outras fontes. Idiotização, modismos locais ou importados

e alienação da população, no melhor estilo “pão e circo”, também são características de ditaduras de direita e esquerda, e de algumas empresas e religiões. É assim que criam seus “rebanhos” ou fiéis consumidores apenas do que é oferecido, sem opções.

Outros recursos utilizados são o patrulhamento ideológico e imposição de regras para ascensão pessoal.

Estado e mercado também usam recursos similares.

Revoluções são incentivadas para que os litigantes comprem armas e os conflitos contínuos gerem dependência econômica externa. Corrupção de líderes também faz parte desse modus operandi.

Há investidores que, em nome do lucro, desestabilizam a economia de países, provocam graves problemas sociais e, ao mesmo tempo, financiam ativistas radicais e movimentos populares, camuflando seus reais intentos. Estados e corporações econômicas dividem o mundo segundo seus interesses, não se importando com as consequências de seus atos, pregando uma globalização que, em verdade, é uma desculpa para desconsiderarem a soberania de nações. As disputas geopolíticas e as guerras atuais são exemplos da fragilidade da paz no mundo.

Então, quem é mais cruel: o Estado ou o mercado?

Um quer submissão e obediência, enquanto outro quer consumidores compulsivos, recursos naturais sem restrições e dependência tecnológica sempiterna.

Às vezes, eles se unem por interesse mútuo, lembrando que, embora conflitos surjam por diversas razões aparentes, historicamente a economia sempre é um dos principais motivos de conflagrações.

Diferenças entre seres humanos existem em vários níveis. A igualdade é uma utopia, e quem tenta impô-la já a nega por princípio, pois se coloca no contexto orwelliano dos “mais iguais do que os outros”.

Quando isso atinge o nível de países, corporações econômicas, ideologias e religiões radicais, um almejando desestabilizar o outro para obter supremacia ou ampliar sua esfera de domínio, os riscos de conflitos em escalada assimétrica são exponenciais.

Nesse sentido, o Estado e o mercado podem ser igualmente cruéis, transformando seres humanos em peças manipuláveis e descartáveis.

Porém, racionalmente e humanisticamente conduzidos, os resultados tendem a gerar benefícios difusos.

Adilson Luiz Gonçalves escreve semanalmente para o Jornal BE News, com seus artigos publicados tradicionalmente na edição de sábado e domingo e, eventualmente, na de quarta-feira.

O ESTADO E O MERCADO PODEM SER IGUALMENTE CRUÉIS, TRANSFORMANDO SERES HUMANOS EM PEÇAS MANIPULÁVEIS E DESCARTÁVEIS

Matheus Oliva defende autonomia portuária e foco nos corredores

Novo colunista do BE News propõe gestão estadual ou municipal das Docas e maior atuação federal nos acessos logísticos

Divulgação

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebeneews.com.br

O Brasil precisa mudar a forma como planeja e administra sua infraestrutura portuária para transformar os avanços obtidos nos terminais em ganhos efetivos de competitividade logística. Essa é uma das principais avaliações de Matheus Oliva, executivo do setor portuário e novo colunista do BE News, que defende transferir a gestão das Docas federais para estados e municípios e concentrar recursos da União nos acessos e corredores de carga.

Para Oliva, a participação privada ampliou a eficiência dos terminais brasileiros nas últimas décadas, mas o próximo salto depende de levar essa evolução ao restante da cadeia logística. “A ampliação da participação privada, impulsionada pelas leis de 1993 e 2013, fez o porto passar a disputar carga e a tratar quem paga a conta como cliente. Cliente escolhe, compara e cobra resultado. Essa mudança de cultura trouxe investimento, tecnologia e produtividade”, afirma.

Segundo os dados citados pelo executivo, os portos brasileiros movimentaram 1,4 bilhão de toneladas em 2025, alta de 6,1%. O desafio agora é estender a eficiência dos terminais aos demais elos do transporte. “No fim, é o cliente quem paga pela ineficiência”, resume.

Autonomia para as Docas

Entre as prioridades para



Oliva ressalta que o caminhão continuará essencial para coleta e distribuição, mas defende uma rede ferroviária capaz de assumir percursos de longa distância e alimentar os portos

os próximos cinco anos, Oliva coloca no topo da lista a transferência da gestão das Docas federais para estados ou municípios, com autonomia e responsabilidade sobre os resultados.

A segunda frente seria concentrar recursos técnicos e financeiros da União nos acessos e corredores de carga. Na avaliação do executivo, depois de duas décadas de investimentos e modernização dos terminais, os maiores ganhos de eficiência estão cada vez mais fora das instalações portuárias.

Oliva cita como exemplos o aprofundamento do Porto de Santos para 17 metros e a conexão da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) com a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e a saída portuária. “Ferrovia sem porto integrado não resolve. Nos próximos cin-

co anos, o foco é conectar interior, cidade e porto”, afirma.

Outra prioridade é modernizar as relações de trabalho para incorporar automação e novas qualificações, ampliando a produtividade e a segurança.

Corredor isolado

O desequilíbrio da matriz brasileira de transporte de cargas também está entre as preocupações do executivo. Segundo números da FGV citados por Oliva, o modal rodoviário responde por 58% da matriz, enquanto a ferrovia representa 23,5%.

Para ele, a dependência das rodovias aumenta o custo do transporte de grandes volumes em longas distâncias. “Abandonar a ferrovia foi um erro estratégico; corrigi-lo exige malha estruturante, não corre-

dores isolados”, defende.

Oliva ressalta que o caminhão continuará essencial para coleta e distribuição, mas defende uma rede ferroviária capaz de assumir percursos de longa distância e alimentar os portos. A expansão ferroviária, acrescenta, também deve ser vista como política industrial, ao movimentar cadeias de aço, vagões, locomotivas e serviços de engenharia. “Um porto eficiente não compensa uma carga que já chega cara”, diz.

Infraestrutura estratégica

A mesma lógica vale para os acessos aquaviários. Na avaliação de Oliva, o aprofundamento dos canais é uma responsabilidade estratégica do Estado, embora isso não signifique que o Tesouro deva financiar todas as intervenções.

Uma alternativa, segundo ele, é conceder acessos aquaviários onde exista escala econômica suficiente para sustentar o serviço. O modelo poderia combinar tarifa regulada, profundidade contratada e manutenção permanente. Em Santos, Oliva considera que o avanço para 17 metros faz sentido desde que seja acompanhado por berços e condições operacionais compatíveis.

Oliva também relaciona a infraestrutura portuária à transição energética e prevê uma combinação de combustíveis alternativos para a navegação, definida por custo, disponibilidade e emissões.

Rosa dos Ventos

É a partir dessa visão que Oliva pretende conduzir sua nova coluna no BE News, “Rosa dos Ventos”. A proposta será observar não apenas os números de movimentação de cargas, mas também os movimentos de capital que antecipam transformações na infraestrutura.

“Quero mostrar de onde vem o capital, para onde vai e por quê. Uma aquisição de terminal ou a escolha de uma base offshore revela movimentos que a estatística de carga só registra depois”, afirma.

Oliva cita o plano de investimentos da Petrobras, de US\$ 109 bilhões entre 2026 e 2030, como exemplo das oportunidades na interface entre energia, portos e navegação, mas ressalta que anúncio, investimento e operação são etapas diferentes. “A Rosa dos Ventos oferece orientação para quem decide”, conclui.

TRANSPORTES | Portos

São Sebastião é primeiro porto público com novo sistema integrado

PCS reúne empresas, operadores e órgãos públicos em uma única plataforma e já ultrapassa mil transações

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

O Porto de São Sebastião (SP) iniciou a operação do Port Community System (PCS), plataforma digital que integra empresas, operadores portuários e órgãos públicos em um único ambiente. Em funcionamento desde 14 de agosto, o sistema já reúne 50 empresas,

47 usuários cadastrados e ultrapassou a marca de mil transações, segundo a Companhia Docas de São Sebastião (CDSS).

De acordo com a Autoridade Portuária, São Sebastião é o primeiro porto público brasileiro a contar com o sistema estruturado nesse modelo. A plataforma concentra informações e permite o acompanhamento de processos e documentos, além de disponibilizar recursos para gestão de acessos

e agendamentos, monitoramento da movimentação terrestre de cargas e consulta a indicadores operacionais e de custos.

Também estão disponíveis ferramentas para acompanhamento de exigências regulatórias e pendências documentais.

“A expectativa é que a integração das informações contribua para tornar os processos mais ágeis, eficientes e previsíveis”, afirmou Ernesto Sampaio, presidente do Porto de São Sebastião.

Apesar de estar em operação há quase um mês, a CDSS informou que ainda não há uma estimativa numérica consolidada sobre ganhos de tempo ou redução de custos. Segundo a companhia, o PCS segue em processo de evolução e deverá incorporar novos recursos gradativamente.

Desenvolvimento

Segundo a CDSS, o PCS foi desenvolvido a partir de de-

mandas identificadas junto à comunidade portuária. A plataforma tecnológica que dá suporte ao sistema foi desenvolvida pela área de Tecnologia da Informação do próprio Porto de São Sebastião.

Antes da implantação, a Companhia Docas realizou reuniões com representantes dos diferentes segmentos envolvidos nas atividades portuárias para identificar demandas e definir informações e funcionalidades prioritárias. Também participaram do processo equipes das áreas de operações, Guarda Portuária e Tecnologia da Informação.

“A plataforma foi concebida como um ambiente de adesão voluntária e de desenvolvimento contínuo. Dessa forma, novas demandas e oportunidades de melhoria poderão ser incorporadas gradativamente, a partir da experiência dos usuários e das necessidades identificadas pela comunidade portuária”, destacou Sampaio.

Investimentos

De acordo com a Autoridade Portuária, parte da infraestrutura e das soluções digitais que compõem o ecossistema portuário já havia sido desenvolvida anteriormente e foi posteriormente integrada e consolidada na plataforma.

Considerando especificamente o aprimoramento do ecossistema portuário para a implantação do PCS, sem incluir os sistemas anteriores, foram investidos R\$ 400 mil. A ferramenta não tem custo para os usuários.

A implantação do PCS também está alinhada à estratégia de preparação do complexo para um novo ciclo de expansão. Segundo a CDSS, a ampliação da integração digital, da transparência e da eficiência operacional fortalece o ambiente de negócios e contribui para aumentar a competitividade do complexo portuário.

Divulgação



Em funcionamento desde agosto, o sistema já reúne 50 empresas, 47 usuários cadastrados e ultrapassou a marca de mil transações, segundo a Companhia Docas de São Sebastião

APM Terminals Pecém bate recorde mensal de movimentação

Terminal alcança 70.964 TEU em agosto, alta de 26% sobre julho, impulsionado pela safra de frutas e por cargas em transbordo

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

O complexo APM Terminals Pecém (CE) alcançou um novo recorde de movimentação em um único mês. Em agosto, o terminal movimentou 70.964 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), representando um crescimento de 26%

em relação ao mês de julho deste ano e um aumento de 15% no comparativo com agosto do ano passado.

Conforme dados divulgados pela APM nesta semana, o desempenho supera o recorde anterior do terminal privado, registrado em outubro de 2025, quando foram movimentados 70.456 TEU.

Considerando a capacidade anual de aproximadamente 700 mil TEU, o volume contabilizado em agosto corresponde a cerca de 10% da

capacidade anual do terminal em um único mês, evidenciando a capacidade de absorver picos de demanda com confiabilidade operacional.

Segundo a APM, os resultados de agosto foram impulsionados pelo início da safra de exportações de frutas da região Nordeste e pelo aumento da movimentação de cargas em transbordo provenientes de outros portos que enfrentaram restrições operacionais no período.

Com a chegada da safra, houve um aumento significativo na movimentação de contêineres refrigerados utilizados na cadeia exportadora de frutas. O período também marcou as primeiras atracações do serviço NWC da safra 2026, rota que conecta o Nordeste brasileiro a importantes mercados do norte da Europa, além do crescimento do serviço TANGO, que atende mercados internacionais e tradicionalmente registra volu-

mes mais elevados durante o segundo semestre.

“A APM Terminals Pecém tem sido um elo fundamental para a logística e o comércio exterior do Nordeste. Alcançar um novo recorde demonstra nossa capacidade de acompanhar o crescimento da economia regional, oferecendo uma operação segura e confiável para nossos clientes”, afirmou Daniel Rose, diretor-superintendente da APM Terminals Pecém e Suape.

TRANSPORTES | Portos



Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

Neltume propõe terminal de US\$ 900 milhões no Porto de Montevideu

Projeto prevê capacidade para 1,15 milhão de TEU por ano, 940 metros de cais e estrutura para transbordo de cargas provenientes da região

Reprodução



O projeto prevê 940 metros de cais, com capacidade para receber simultaneamente dois navios pós-Panamax, e um cais específico para operações de transbordo com barcaças

A Neltume Ports, grupo de infraestrutura portuária com atuação na América Latina, apresentou ao governo do Uruguai uma proposta para investir cerca de US\$ 900 milhões na construção de um novo terminal especializado em contêineres no Porto de Montevideu. Batizado de Montevideo Container Terminal (MCT), o empreendimento terá capacidade projetada para movimentar até 1,15 milhão de TEU por ano e está sob avaliação das autoridades uruguaias.

O projeto prevê aproximadamente 940 metros de cais, com capacidade para receber simultaneamente dois navios pós-Panamax, além de um cais específico para operações de transbordo com barcaças. A área operacional projetada é de 38 hectares, com acessos independentes e sistemas tecnológicos e de segurança. A estimativa da empresa é de geração de aproximadamente 1,8 mil empregos durante as obras.

A Neltume é acionista majoritária da Montecon, operadora que atua nos cais públicos do Porto de Montevideu. O grupo é formado pela chilena Ultramar e pela canadense ATCO. Segundo a companhia, a estrutura foi planejada para atender tanto o comércio exterior uruguaio quanto operações de transbordo de cargas de países vizinhos, com foco em fluxos de Argentina, Brasil e Paraguai.

A proposta foi apresentada à Presidência do Uruguai e deverá passar pelos órgãos responsáveis pela infraestrutura portuária. A ministra de Transporte e Obras Públicas, Lucía Etcheverry, afirmou nesta quinta-feira (10) que a iniciativa será analisada como qualquer outro projeto privado e descartou que sua avaliação esteja condicionada ao encerramento recente de um litígio internacional envolvendo a Neltume e o governo uruguaio.

Disputa anterior

A apresentação ocorre poucos dias depois de Neltume e Uruguai encerrarem um processo de arbitragem no Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (Ciadi), ligado ao Banco Mundial. A empresa havia pedido uma indenização estimada em US\$ 600 milhões por considerar que decisões tomadas pelo governo uruguaio

em relação à operação de contêineres no Porto de Montevideu prejudicaram a Montecon.

A controvérsia estava relacionada ao acordo firmado em 2021 com a Katoen Natie, acionista majoritária da Terminal Cuenca del Plata (TCP), que prorrogou por 50 anos a concessão do terminal especializado em contêineres, até 2081. A TCP é controlada em 80% pelo grupo belga, enquanto os 20% restantes pertencem à Administração Nacional de Portos (ANP).

Pelo acordo divulgado pelo governo uruguaio, Neltume desistiu de forma irrevogável das pretensões apresentadas no processo. A Presidência informou que o encerramento não envolveu indenização, reconhecimento de responsabilidade ou obrigação assumida pelo Estado.

A nova proposta surge enquanto a TCP executa sua própria ampliação no Porto de Montevideu.

O projeto envolve investimento superior a US\$ 600 milhões e inclui uma nova área de aproximadamente 22 hectares e um segundo cais com cerca de 700 metros. A expansão permitirá ao terminal receber navios de até 400 metros e ampliar sua capacidade operacional.

Movimentação

O Porto de Montevideu movimentou 857.491 TEU em 2025, segundo dados preliminares da ANP. O volume ficou abaixo do registrado no ano anterior, quando o complexo superou 1,1 milhão de TEU. Nos três primeiros meses de 2026, porém, a movimentação cresceu 6% na comparação anual e alcançou 232.680 TEU.

Além das cargas do comércio exterior uruguaio, Montevideu opera volumes em trânsito e transbordo provenientes de outros países da região. A carga paraguaia, por exemplo, che-

ga ao porto por barcaças e é transferida para navios oceânicos, enquanto outros fluxos utilizam o complexo como ponto de conexão entre os serviços marítimos internacionais e a navegação regional.

Em 2024, o Porto de Montevideu movimentou aproximadamente 15,6 milhões de toneladas entre cargas embarcadas e desembarcadas, incluindo cargas em trânsito e operações de transbordo. Desse volume, cerca de 9,5 milhões de toneladas estavam acondicionadas em contêineres, segundo dados da Administração Nacional de Portos compilados pelo Instituto Nacional de Estatística do Uruguai.

A proposta da Neltume ainda não tem cronograma de obras ou prazo divulgado para início de operação. Caberá ao governo uruguaio avaliar a iniciativa e definir os próximos passos para uma eventual implantação do novo terminal.

TRANSPORTES | Rodovias

Acidentes com caminhões crescem 4,7% nas rodovias federais

Ocorrências chegaram a 7.787 até maio; Norte teve maior avanço proporcional, enquanto Sudeste concentrou o maior número de registros

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

Os acidentes envolvendo caminhões nas rodovias federais brasileiras cresceram 4,7% nos cinco primeiros meses de 2026. Foram registradas 7.787 ocorrências entre janeiro e maio, contra 7.439 no mesmo período do ano passado, segundo levantamento da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) elaborado a partir de dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

O avanço ocorre em um setor que concentra parcela expressiva do transporte de mercadorias no País. De acordo com a CNseg, o modal rodoviário responde por quase 70% da movimentação de cargas medida em tonela-

da-quilômetro útil (TKU), o que amplia os efeitos de acidentes sobre entregas, operações logísticas e cadeias produtivas.

Os números apresentaram diferenças importantes entre as regiões. O Sudeste registrou 2.339 acidentes até maio e permaneceu como a região com maior volume absoluto, praticamente estável em relação a 2025, com alta de 0,39%. O maior crescimento proporcional ocorreu no Norte, onde as ocorrências passaram de 462 para 545, aumento de 17,97%.

A diferença também aparece na gravidade dos acidentes. No Amazonas, foram contabilizadas 37,7 mortes para cada 100 acidentes com vítimas envolvendo caminhões, maior proporção registrada no painel da CNT. No Pará, o índice chegou a 29,6 mortes e, em Roraima, a 28. Em comparação, São Paulo registrou 5,5 mortes a cada 100 acidentes com

vítimas, enquanto o Rio de Janeiro teve 6,2 e o Espírito Santo, 6,9.

Os efeitos também aparecem no mercado de seguros. No primeiro semestre deste ano, as indenizações do seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTR-C) atingiram R\$ 634,2 milhões, crescimento de 2,3%. A modalidade cobre perdas ou danos sofridos pelas mercadorias em decorrência de acidentes durante o transporte.

Frota envelhecida

Outro ponto acompanhado pelo setor é a idade dos veículos. Segundo a CNseg, cerca de 500 mil caminhões com mais de 25 anos continuam em circulação no Brasil. Para a entidade, veículos mais antigos tendem a ter menor presença de tecnologias de frenagem e monitoramento disponíveis em modelos recentes e exigem atenção

maior à manutenção.

O presidente da Comissão de Transportes da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Marcos Siqueira, afirma que falhas mecânicas também podem afetar diretamente a operação logística, ao exigir interrupção da viagem, transbordo da mercadoria e reprogramação da entrega. A avaliação da entidade associa a renovação da frota ao gerenciamento dos riscos do transporte, sem apontá-la isoladamente como causa dos acidentes.

O mercado de caminhões novos, entretanto, ainda não recuperou o nível do ano passado. De janeiro a agosto, foram emplacadas 68.819 unidades, contra 72.259 no mesmo período de 2025, queda de 4,76%, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Em agosto, houve reação na comparação anual: os 9.603 caminhões licencia-

dos representaram crescimento de 9,05% sobre o mesmo mês de 2025.

Na avaliação do presidente da Fenabrave, Arcelio Junior, existe uma necessidade estrutural de renovação da frota, mas a decisão de compra depende também das condições de financiamento, do nível dos fretes e dos custos operacionais do transportador.

Novas regras

O aumento dos acidentes ocorre também em um período de mudanças nas regras de proteção das operações rodoviárias. Desde 1º de julho, transportadores precisam comprovar a contratação dos seguros obrigatórios previstos na Lei nº 14.599/2023 para inscrição e manutenção do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC).

Além do RCTR-C, são exigidos o seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RC-DC), destinado a perdas relacionadas a roubo e furto, e o de Responsabilidade Civil de Veículo (RC-V), voltado a danos corporais e materiais causados a terceiros. As apólices devem estar vinculadas a um Plano de Gerenciamento de Riscos.

A CNseg estima crescimento de 2,9% no seguro de transporte em 2026. No primeiro semestre, o segmento arrecadou R\$ 2,9 bilhões em prêmios. Segundo a entidade, a expectativa é de aumento das contratações na segunda metade do ano com a entrada em vigor das novas exigências para os transportadores.

Divulgação



O Sudeste registrou 2.339 acidentes até maio deste ano e permaneceu como a região com maior volume absoluto, praticamente estável em relação a 2025, com alta de 0,39%

ANTT atualiza modelagem da Ferrogrão e envia projeto ao TCU

Revisão retira aporte público de R\$ 3,5 bilhões, altera regras contratuais e mantém projeto de 933 quilômetros entre Mato Grosso e Pará

Estadão Conteúdo
Da Redação

A diretoria colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou nesta sexta-feira (11) a atualização dos estudos de viabilidade, da modelagem econômico-financeira e dos documentos jurídicos da concessão da Ferrogrão (EF-170). Com a decisão, o material será encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU), que dará continuidade à análise do projeto antes das etapas necessárias à publicação do edital e à realização do leilão.

A Ferrogrão foi projetada para ligar Sinop (MT) a Miritituba, distrito de Itaituba (PA), em um trecho principal de aproximadamente 933 quilômetros. O empreendimento é complementado por dois ramais: Santarenzinho, com cerca de 32 quilômetros, e Itapacurá, de aproximadamente 11 quilômetros. A proposta é criar um corredor ferroviário para o escoamento de soja e milho do Centro-Oeste até os terminais do Arco Norte, com conexão à hidrovía do Tapajós.

Segundo dados atualmente divulgados pela ANTT, a modelagem considera prazo de concessão de 69 anos, sem possibilidade de prorrogação. O investimento previsto chega a R\$ 25,2 bilhões ao longo do contrato, dos quais R\$ 8,26 bilhões des-

tinados à implantação e R\$ 16,93 bilhões a investimentos recorrentes. Os custos operacionais são estimados em R\$49,25 bilhões. O critério previsto para o leilão é o maior valor de outorga, com mínimo de R\$ 66,48 milhões.

O diretor-relator, Guilherme Theo Sampaio, considerou necessária a revisão diante das mudanças regulatórias e institucionais ocorridas desde a elaboração original dos estudos. Entre elas estão a entrada em vigor do Marco Legal das Ferrovias, novas resoluções da ANTT, a criação de um grupo de trabalho pelo Ministério dos Transportes e decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do TCU relacionadas ao empreendimento.

A Procuradoria Federal junto à ANTT manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento do projeto após a incorporação das recomendações jurídicas. As áreas técnicas também revisaram as minutas de edital e contrato, com mudanças na alocação de riscos, no tratamento do licenciamento ambiental, nas regras de compartilhamento da infraestrutura e nos mecanismos de governança.

A modelagem econômico-financeira passou por ajustes nas premissas tributárias, receitas acessórias, investimentos obrigatórios, custos operacionais e instrumentos de reequilíbrio econômico-financeiro. Segundo informações divulgadas pela CNN Brasil, trens e vagões também foram retirados do conjunto de bens reversíveis da con-

cessão. A futura operadora poderá estruturar a frota por arrendamento ou cessão de uso, mantendo compra direta apenas de uma frota mínima destinada à manutenção.

A revisão alterou ainda o tratamento das eventuais rotas concorrentes. A possibilidade de reequilíbrio por perda de demanda permanece prevista, mas a concessionária terá de demonstrar tecnicamente a implantação da nova alternativa logística e a migração efetiva das cargas antes de solicitar compensação.

Sem aporte

Uma das principais mudanças foi a exclusão do aporte público de R\$ 3,5 bilhões anteriormente previsto na estruturação financeira. O recurso seria formado por investimentos cruzados associados às concessões

da Rumo Malha Paulista, MRS e Vale. Os estudos encaminhados pela Infra S.A. em 2024 já haviam retirado essa previsão, e o Ministério dos Transportes comunicou posteriormente a alteração ao TCU.

De acordo com informações da ANTT divulgadas pela CNN Brasil, a avaliação do governo é de que a atratividade econômica do projeto pode ser mantida sem o aporte. A exclusão foi agora incorporada formalmente à documentação que seguirá para a Corte de Contas.

O processo da Ferrogrão já havia chegado ao TCU anteriormente, mas a modelagem precisou passar por sucessivas revisões. A ANTT também realizou seis sessões presenciais de audiência pública entre 2017 e 2019, em Cuiabá, Belém, Sinop, Brasília, Itaituba e Novo Progresso. Os relatórios finais reuniram mais de 900

páginas de contribuições.

Decisão do STF

Outro avanço ocorreu em maio, quando o STF declarou constitucional a lei que reduziu a área do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará, para permitir a implantação da Ferrogrão e de trecho da BR-163. A decisão foi tomada por 9 votos a 1 no julgamento de uma ação que questionava a alteração da unidade de conservação.

A controvérsia envolvia a retirada de cerca de 862 hectares do parque para destinação às faixas de domínio dos dois projetos. O julgamento havia provocado a paralisação de atos relacionados à Ferrogrão em anos anteriores e permaneceu como um dos principais questionamentos jurídicos em torno do empreendimento até a decisão definitiva do Supremo.

Divulgação



A Ferrogrão foi projetada para ligar Sinop (MT) a Miritituba, distrito de Itaituba (PA), em um trecho principal de aproximadamente 933 quilômetros, complementado por dois ramais

TRANSPORTES | Aeroportos

Guarulhos terá sistema para detectar e neutralizar drones

Estrutura será implantada pela concessionária e poderá servir de referência para adoção da tecnologia em outros aeroportos

Estadão Conteúdo

O Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) vai implantar um sistema de detecção, monitoramento, mitigação e neutralização de drones. O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, encaminhou nesta sexta-feira, 11, à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) diretrizes para o início do processo de aquisição e implantação da estrutura.

A diretriz estabelece que a aquisição, a implantação e a operação do sistema fiquem a cargo da concessionária do aeroporto, seguindo requisitos técnicos e de segurança definidos pelos órgãos competentes.



Divulgação

Guarulhos foi escolhido para iniciar a implantação "por sua relevância para a malha aérea nacional e pelo histórico de ocorrências envolvendo drones nas proximidades do aeroporto"

O Ministério de Portos e Aeroportos destaca que a presença de drones em áreas próximas aos aeroportos, além de oferecer risco para pousos e decolagens de aeronaves, interfere nas operações e reduz a eficiência aeroportuária.

Segundo a pasta, Guarulhos foi escolhido para iniciar a implantação "por sua relevância para a malha aérea nacional e pelo histórico de ocorrências

envolvendo drones nas proximidades do aeroporto".

"Estamos dando um passo importante para ampliar a segurança das operações e dar uma resposta mais efetiva ao problema dos drones próximos aos aeroportos. A experiência de Guarulhos também vai nos permitir avaliar, a partir de critérios técnicos, a necessidade de levar esse modelo a outros aeropor-

tos do País", afirmou o ministro.

A implantação será feita de forma articulada entre Anac, Polícia Federal, Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), Receita Federal e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), respeitando as atribuições de cada órgão.

A concessionária que administra o aeroporto ficará responsável pela aquisição e pela operação das capacidades de detecção, monitoramento, mitigação e neutralização, além da primeira resposta e da comunicação às autoridades. O Decea participará da definição das áreas de proteção e dos procedimentos para suspensão e retomada das operações aéreas. Os equipamentos utilizados deverão ser homologados pela Anatel.

Outros aeroportos

A Anac também deverá fazer uma avaliação de risco e de custo-benefício da implantação em Guarulhos, ouvindo a Polícia Federal e o Decea. A experiência servirá de base para avaliar a necessidade de levar o sistema a outros aeroportos do País.

Para uma eventual ampliação, deverão ser considerados critérios como movimentação de aeronaves e passageiros, importância do aeroporto para a malha aérea nacional, histórico de ocorrências com drones e características do entorno. Se a agência concluir pela necessidade de estender a medida, deverá estabelecer regras gerais para definir em quais aeroportos o sistema será exigido.

TRANSPORTES | Aviação

Brasil recebe mais de 4 milhões de turistas internacionais por via aérea

Movimento cresce 12% até julho, com destaque para Argentina, Chile e Estados Unidos entre os principais mercados

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

Mais de 4 milhões de turistas internacionais chegaram ao Brasil por via aérea entre janeiro e julho de 2026, alta de 12% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram registradas 3,5 milhões de chegadas. Os dados são do Painel da Embratur, com

base em informações da Polícia Federal e do Ministério do Turismo, e consideram exclusivamente visitantes que residem no exterior.

O crescimento foi mais intenso nos primeiros meses do ano, período que coincide com o verão brasileiro e concentra parte importante da procura internacional pelo país. Em janeiro, as chegadas por avião aumentaram 22,1% em relação ao mesmo mês de 2025. Em fevereiro,

a alta foi de 15,4% e, em março, de 21,3%, mantendo o fluxo em patamar elevado também durante o Carnaval.

A partir de abril, o ritmo de crescimento foi mais moderado, mas permaneceu positivo.

A Argentina foi o principal mercado de origem das chegadas por via aérea no período, com 1,12 milhão de registros, quase o dobro do segundo colocado, o Chile, que contabilizou 506 mil. Na sequência

aparecem os Estados Unidos, Portugal e França.

São Paulo e Rio de Janeiro concentraram a maior parte das chegadas internacionais por avião. O estado de São Paulo recebeu 1,64 milhão de turistas no período, enquanto o Rio de Janeiro registrou 1,47 milhão.

A concentração está relacionada principalmente aos aeroportos de Guarulhos (SP) e Galeão (RJ), que reúnem a maior parte das conexões aéreas

do Brasil com o exterior. Na sequência aparecem Santa Catarina; Bahia e Pernambuco.

Considerando as vias aérea, terrestre, marítima e fluvial, foram registradas 5,87 milhões de chegadas entre janeiro e julho de 2026, uma variação negativa de 1,3% em relação ao mesmo período de 2025.

No recorte exclusivo da aviação, porém, o movimento seguiu em direção oposta, com alta de 12% no período.

Cadeia de fornecedores ganha espaço no debate naval do Sul Export

Painel vai discutir capacidade da indústria de atender novos projetos offshore, conteúdo local e sustentabilidade no setor de óleo e gás

Da Redação
redacao.jornal@redebenevents.com.br

A capacidade da cadeia de fornecedores brasileira de acompanhar a expansão dos projetos offshore estará no centro de um dos debates do Sul Export 2026, que será realizado nos dias 17 e 18 de setembro, em Foz do Iguaçu (PR). O tema será abordado no painel “Estratégia, cadeia de suprimentos e sustentabilidade no setor naval da região Sul”, marcado para as 16h30 do primeiro dia do fórum.

A discussão deverá avaliar os desafios para ampliar

o fornecimento de equipamentos, insumos e serviços destinados à indústria naval e offshore, diante da necessidade de combinar capacidade produtiva, planejamento de longo prazo e competitividade. O debate também incluirá as condições para aumentar a participação de fornecedores brasileiros nos novos projetos do setor.

Outro eixo será o planejamento estratégico para o desenvolvimento dos projetos offshore. A expansão das atividades de óleo e gás exige coordenação entre operadores, estaleiros, fabricantes de equipamentos e prestadores de serviços, principalmente em projetos de longa duração e com elevada demanda por capital e tecnologia.

O painel terá a participação do gerente-geral de

Estratégia de Contratação da Petrobras, Marcelo De Carvalho Bonniard, e do diretor de Negócios e Projetos Offshore da Technit, Thiago de Oliveira Castro. Também participará o presidente da Comissão Estadual de Direito Marítimo e Portuário da OAB de Santa Catarina, James Winter. A moderação será da diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export, Núria Bianco.

Conteúdo local

A participação da indústria brasileira na cadeia de óleo e gás será outro ponto da discussão. O conteúdo local aparece na programação associado à necessidade de fortalecer fornecedores nacionais sem perder competitividade nos projetos.

O tema envolve desde a

capacidade instalada da indústria até disponibilidade de mão de obra, tecnologia, prazos de entrega e condições para investimentos. Em empreendimentos offshore, a previsibilidade da demanda também interfere nas decisões de expansão de fábricas, contratação de pessoal e desenvolvimento de novos fornecedores.

A discussão ocorre em um momento em que novos projetos de exploração e produção ampliam a perspectiva de demanda para diferentes segmentos da indústria naval. Para a região Sul, que reúne empresas ligadas à construção naval, metalmecânica, engenharia e fornecimento de equipamentos, esse movimento abre espaço para o debate sobre participação nas encomendas geradas pelo setor.

Sustentabilidade

A sustentabilidade completa os três eixos previstos para o painel. A pauta deverá abordar a incorporação de critérios ambientais às operações e aos investimentos da indústria de óleo e gás, além das mudanças exigidas da cadeia de fornecedores diante das metas de redução de emissões.

O Sul Export integra a agenda de fóruns regionais do Grupo Brasil Export. A programação do dia 17 reunirá ainda debates sobre hidrovias e serviços portuários, demandas do setor produtivo, multimodalidade, conectividade e corredores logísticos sustentáveis. O segundo dia será dedicado a visitas técnicas.

PROGRAMAÇÃO SUL EXPORT 2026

17 SETEMBRO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas

09h00 Solenidade de abertura com autoridades presentes: Fabricio Guimarães Julião, CEO do Grupo Brasil Export; Thairyne Oliveira, Secretária-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos - a confirmar; General Joaquim Silva e Luna, Prefeito de Foz do Iguaçu - a confirmar; Fabio Silveira, Presidente da Portos RS; Ana Paula Niedzieluk Lisboa, Procuradora Seccional da União no Estado do Paraná; José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export; Jesualdo Silva, Presidente do Conselho do Sul Export; Demais autoridades a confirmar

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

Moderação: Jacqueline Wendpap, Diretora-Executiva do Instituto Praticagem do Brasil Segurança da navegação e marcos regulatórios | Gargalos e adequação da infraestrutura aquaviária | Integração das cadeias de suprimentos do setor e ações para aperfeiçoar a logística de apoio à produção de energia eólica

Apresentação: Felipe Ribolla Masetti, Technomar Engenharia

Debatedores: Henrique Horn Ilha, Diretor de Meio Ambiente da Portos RS; Marcello Cabral, Diretor de Novos Negócios da ABEEólica; Rodolfo Gonçalves, CEO da JB Energy; Demais participantes a confirmar

11h00 Intervalo

11h15 Painel: Desafios para o desenvolvimento e concessão de hidrovias e serviços nos portos da região Sul

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Análise das experiências de concessões já em andamento na região Sul | Modelagem de concessões e caminhos para melhorar a atração de capital privado | Boas práticas voltadas a temas como resiliência climática, dragagem estruturante e manutenção de calados

Apresentação: Conrado Frezza, Coordenador de Projetos Portuários e Aquaviários da INFRA S.A.

Debatedores: Daniel Rodrigues Aldigueri, Diretor do Departamento de Navegação e Fomento do Ministério de Portos e Aeroportos; Fabiano Ramalho, Diretor de Finanças e Gestão da SCPAR; Osmari de Castilho Ribas, Diretor Superintendente Administrativo da Portonave; Demais participantes a confirmar

12h30 Encerramento do período da manhã

14h00 Painel | Demandas do setor produtivo e o protagonismo da região Sul para o desenvolvimento econômico do Brasil

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Competitividade dos grandes embarcadores da região e ações para redução dos custos logísticos no Sul | A importância de investimentos em portos e recintos alfandegados para evitar desabastecimento ou sobrecustos | O papel das entidades de classe para alinhar investimentos privados com planos governamentais ligados à logística, criando corredores multimodais integrados | Financiamento de grandes projetos e atração de capital externo

Debatedores: Beto Martins, CEO da Transglobal Holding; Ricardo Arten, CEO do Porto Itapoá;

Roberto Bisogni, Diretor de Planejamento Operacional e Logística da Klabin; Rodrigo Buffara Farah, CEO da Cotriguaçu Cooperativa Central; Thiago Meirelles, Sócio da AVREN; Demais participantes a confirmar

15h00 Painel | Multimodalidade e conectividade de transportes

Moderação: Bruno Merlin, Diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export

Gargalos a serem superados e ações para aumentar a eficiência operacional na logística transfronteiriça, incluindo a Tríplice Fronteira e os portos secos da região | Otimização da concessão da Malha Sul, investimentos em capacidade operacional e eliminação de gargalos urbanos no escoamento até os portos do Sul do País | Multimodalidade e boas práticas para a articulação entre rodovias, ferrovias e recintos alfandegados

Debatedores: Celso Gallegario, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu (Sindifoz); Djalma Vilela, Presidente da Multilog; Gladys Vinci, Vice-Presidente Executiva da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI); Lucas Ataliba, Diretor de Integração de Modais da Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina (SPAF); Marcelo Mossi Vendramini, Titular da Alfândega (RFB) em Foz do Iguaçu; Demais participantes a confirmar

16h00 Coffee break - Oferecimento: EBCO | SEABOX | TECHSCAN

16h30 Painel | Estratégia, cadeia de suprimentos e sustentabilidade no setor naval da região Sul

Moderação: James Winter, Sócio Fundador da Macedo & Winter Advogados Associados e Mestre em Direito dos Negócios pela FGV/SP

Desenvolvimento de projetos offshore e planejamento estratégico para o setor naval no Brasil | Desafios e oportunidades da cadeia de fornecimento de insumos e equipamentos para o setor naval | Conteúdo local e sustentabilidade na indústria de óleo e gás

Debatedores: Marcelo De Carvalho Bonniard, Gerente Geral de Estratégia de Contratação da Petrobras; Thiago de Oliveira Castro, Diretor de Negócios e Projetos Offshore da Technit

17h15 InfraESG | Corredores logísticos sustentáveis

“Financiamento verde” e atração de capital para investimentos em rodovias | Critérios da ANTT e do Ministério dos Transportes para classificar projetos como sustentáveis e atrair fundos internacionais | O papel do setor privado e o retorno de investimentos ESG em concessões rodoviárias

Debatedores: José Carlos Cassaniga, Diretor-Presidente da EPR; Cynthia Ruas, Superintendente de Sustentabilidade, Pessoas e Inovação da ANTT; Cloves Benevides, Subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes - a confirmar; Demais participantes a confirmar

18h15 InfraJur - Encontro de Direito de Infraestrutura de Transportes, Energia e Mineração

18h45 Momento IBL/Frenlogi

18 SETEMBRO | SEXTA-FEIRA

09h15 Saída do transporte oficial do Bourbon Thermas Eco Resort

10h00 Visitas

16h30 Retorno ao Bourbon Thermas Eco Resort

ENERGIA

Axia conclui reforço de R\$ 20 milhões em subestação de Goiás

Obra na Subestação Bandeirantes foi entregue sete meses antes do prazo e amplia a segurança operacional da rede

Divulgação

Estadão Conteúdo
Da Redação

A Axia Energia concluiu, com sete meses de antecedência em relação ao prazo homologado, uma obra de reforço e modernização na Subestação Bandeirantes, localizada em Aparecida de Goiânia (GO). No total, foram investidos R\$ 20 milhões no projeto, que contemplou a troca do autotransformador reserva de alta potência. Com o novo equipamento, a companhia terá direito a uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 1,6 milhão.

A Subestação Bandeirantes é considerada estratégica na rede de transmissão do Centro-Oeste, por atender a região metropolitana de Goiânia e integrar o fluxo de geração do sul de Goiás e do Triân-



A Axia tem ampliado investimentos em projetos de reforços e melhorias em seus ativos de transmissão como estratégia para modernizar suas subestações e ampliar as receitas

gulo Mineiro com Brasília. O autotransformador instalado é responsável pela conversão de energia entre os níveis de tensão de 345 kV e 230 kV, com capacidade de 75 MVA, e deverá propiciar mais confiabilidade e segurança operacional à subestação.

Por se tratar de um equipamento reserva, o

autotransformador amplia a disponibilidade da estrutura para situações em que seja necessária a substituição temporária de uma unidade em operação. O reforço também aumenta a capacidade de resposta da subestação diante de eventuais indisponibilidades de equipamentos responsáveis pela transfor-

mação de energia. Além da substituição do autotransformador, a subestação passa neste momento por um processo de modernização de suas instalações.

Entre as melhorias estão a substituição do banco de capacitores, do banco de reatores, dos sistemas de controle digital e

de serviços auxiliares, entre outros investimentos que somam R\$ 60 milhões adicionais.

A Axia tem ampliado seus investimentos em projetos de reforços e melhorias em seus ativos de transmissão nos últimos anos, como estratégia para modernizar suas subestações e ampliar as receitas.

A alternativa também é adotada por outras companhias do setor com ativos mais maduros. A avaliação do mercado é de que o retorno do investimento nessa frente é mais vantajoso do que o obtido na disputa por novos projetos (greenfield) em leilões.

No ano passado, a Axia investiu um total de R\$ 4,8 bilhões em Reforços e Melhorias, maior valor anual já registrado pela companhia nesse segmento. A perspectiva é que a companhia siga com investimentos de mesma ordem de grandeza neste ano.

Petróleo cai no dia, mas fecha semana com alta superior a 8%

Brent recua a US\$ 104,61 e WTI a US\$ 100,05, enquanto tensão em Bab al-Mandeb mantém pressão sobre o mercado

Estadão Conteúdo

O petróleo fechou em queda nesta sexta-feira, 11, numa possível correção parcial após o forte aumento durante a semana impulsionado pelos desdobramentos do conflito no Oriente Médio. Uma ofensiva da milícia houthis, do Iêmen, contra regiões

próximas ao Estreito de Bab-al-Mandeb colocou em risco o fluxo marítimo no trecho, que era a principal alternativa ao Estreito de Ormuz.

Negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para outubro fechou em queda de 2,3% (US\$ 2,43), a US\$ 100,05 o barril.

O petróleo Brent para novembro, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), encerrou em queda de 2,81% (US\$

3,02), a US\$ 104,61 o barril.

Na semana, o WTI e o Brent saltaram 9,37% e 8,65%, respectivamente.

Os houthis chegaram nesta sexta-feira à ilha de Perim, em Bab al-Mandeb, num avanço que pode ampliar o controle sobre a rota marítima. Forças do governo ienemita teriam se retirado da ilha, segundo a Reuters, enquanto os houthis também tomaram Dhubab, no Mar Vermelho.

Em resposta, mais de

100 conselheiros militares dos EUA estão na Arábia Saudita fornecendo inteligência e apoio estratégico na definição de alvos contra os houthis, informou a CNN.

Ministros das Relações Exteriores do Golfo devem se reunir com o ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, em Omã na segunda-feira, conforme reportado pelo Financial Times.

O encontro faz parte dos esforços para obter

apoio regional a um acordo temporário para a navegação em Ormuz.

A Agência Internacional de Energia (AIE) alertou que a escassez no mercado de produtos refinados é “mais aguda”, classificando o choque na oferta de petróleo bruto como “insignificante” em comparação com produtos como diesel e gasolina. A entidade prevê, em relatório, quedas mais acentuadas no consumo e na oferta mundial de petróleo neste ano.

IPCA registra no mês de agosto a deflação mais intensa desde 2022

Segundo o IBGE, a inflação recuou 0,32% no mês passado. O resultado acumulado nos últimos 12 meses é de 4,22% até agosto, ante taxa de 4,44% verificada até julho

Estadão Conteúdo

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou agosto com queda de 0,32%, ante um avanço de 0,07% em julho, informou nesta sexta-feira, 11, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A deflação de agosto de 2026 foi a mais intensa desde agosto de 2022 (-0,36%), de acordo com o IBGE.

“A taxa é a menor desde agosto de 2022, tanto para o mês quanto historicamente”, afirmou o responsável pela pesquisa do IBGE, Fernando Gonçalves.

Segundo o IBGE, a taxa acumulada pela inflação no ano ficou em 3,11% no IPCA. O resultado acumulado em 12 meses foi de 4,22% até agosto, ante taxa de 4,44% até julho.

O resultado do IPCA em agosto foi mais intenso do que apontava a mediana das estimativas

dos analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast, de deflação de 0,29%. As estimativas, todas negativas, iam de -0,37% a -0,20%.

Da mesma forma, o resultado acumulado em 12 meses, de alta de 4,22% até agosto, veio abaixo da mediana das projeções, que era de avanço de 4,26%. As expectativas, todas positivas, iam de 4,17% a 4,34%.

A principal influência para a queda em agosto foi a retração de 7,63% do preço da energia elétrica, a maior do Plano Real. O resultado foi determinado devido ao Bônus de Itaipu. O bônus é uma espécie de crédito que considera a conta de comercialização de energia da usina hidrelétrica. Os descontos foram aplicados nas faturas emitidas entre 1º e 31 de agosto.

A energia elétrica respondeu, sozinha, por um impacto de -0,33 ponto percentual no IPCA de agosto. Segundo cálculos do técnico do IBGE, a taxa teria ficado praticamen-



Magnific

A principal influência para a queda em agosto foi a retração de 7,63% do preço da energia elétrica, a maior do Plano Real

te estável, com avanço de 0,01% no mês, se não fosse a energia elétrica.

A energia elétrica faz parte do grupo Habitação, que registrou queda de 1,87%, também o menor resultado para um mês de agosto desde o início do Plano Real.

Alimentos

Além da energia elétrica, outros três dos nove grupos pesquisados tiveram deflação em agosto de 2026: Transportes (-0,86%), Alimentação e Bebidas (-0,34%) e Comunicação (-0,09%).

Segundo Gonçalves, ao desconsiderar também a Alimentação, o IPCA de agosto passaria a uma alta de 0,11% no mês. O grupo, que tem o maior peso no IPCA, deu uma contribuição negativa de 0,07 ponto porcentual para a taxa de agosto.

Entre os itens, as principais quedas foram na batata-inglesa (-19,89%), cenoura (-11,22%), cebola (-11,07%), tomate (-10,94%), ovo de galinha (-4,15%) e café moído (-1,86%).

A deflação dos alimentos também contribuiu para manter o IPCA em 12 meses dentro da meta pelo

segundo mês consecutivo, de acordo com o IBGE. Em julho, o IPCA em 12 meses ficou em 4,44%. Em junho, a taxa foi de 4,64%, ultrapassando o limite da tolerância

A meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e perseguida pelo Banco Central é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,50% a 4,50%.

A queda mais intensa que o esperado no IPCA de agosto foi sustentada pela entrada do bônus de Itaipu. O alívio, no entanto, é temporário e deve ser devolvido em setembro.

Dólar vai a R\$ 5,12; bolsa recua 0,56%

Moeda americana avança 0,44% com temor do mercado de denúncias contra Flávio no caso Master

Estadão Conteúdo

Após recuar pela manhã e oscilar ao redor da estabilidade no início da tarde, o dólar ganhou força nas últimas horas do pregão e

terminou a sexta-feira, 11, em alta firme, na casa de R\$ 5,12.

A taxa de câmbio aproximou-se dos níveis de fechamento da sexta-feira passada, quando ainda não estava completamente delineado o quadro de empate técnico na corrida presidencial.

O gatilho para a busca pela moeda norte-americana foi a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fa-

chin, de pedir a liberação total do sigilo das investigações sobre o financiamento, pelo Banco Master, que era controlado por Daniel Vercaro, ao filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, atualmente cumprindo prisão domiciliar após ser condenado no ano passado a 27 anos e 3 meses por tentativa de golpe de Estado.

Temores de que possam surgir novas denún-

cias contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao longo do fim de semana levaram investidores a adotar uma postura mais cautelosa. Após tocar máxima de R\$ 5,1330, o dólar à vista terminou a sessão em alta de 0,44%, a R\$ 5,1254, reduzindo as perdas na semana a 0,11%. O real amargou nesta sexta o pior desempenho entre as moedas mais líquidas, seguido de perto pela rupia indiana.

Bolsa

O movimento do Ibovespa nesta sexta-feira também foi marcado por um aumento da cautela diante do risco político durante o fim de semana. O principal índice da B3 se afastou da mínima no fim do dia em um movimento de acomodação, mas, mesmo assim, terminou em baixa de 0,56%, aos 187.206,89 pontos, com giro financeiro de R\$ 17 bilhões.

JUSTIÇA

Após ordem de Fachin, Mendonça retira sigilo sobre ‘Dark Horse’

Ministro amplia acesso público a 38 ações do Banco Master, inclusive as que envolvem nomes como Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Jaques Wagner e Cláudio Castro

Estadão Conteúdo

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), ampliou nesta sexta-feira (11) a abertura dos processos relacionados ao Banco

Master. Em nova decisão, ele retirou o sigilo de 38 ações que estavam sob sua relatoria, entre elas a investigação sobre o financiamento do filme “Dark Horse”, que retrata a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Também passaram a ser públicos processos que envolvem os senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Jaques Wagner (PT-BA),

além de outros investigados no caso. A medida ocorreu após o presidente do STF, Edson Fachin, determinar que Mendonça encaminhasse os processos aos demais ministros e retirasse o sigilo dos autos, preservando apenas informações cuja divulgação pudesse comprometer diligências em andamento.

Fachin acolheu pedido feito pelo vice-procurador-

geral da República, Hindenburgo Chateaubriand Filho. “Acolho o pedido feito pelo Vice-Procurador-Geral da República, titular da ação penal, para solicitar que o e. ministro André Mendonça promova, em até 24h, a remessa, em HD próprio, a esta Presidência e aos Gabinetes dos eminentes Ministros, de todos os procedimentos contidos ou relacionados à Pet 15.556 e à denominada ‘Operação Compliance Zero’ (Inq 5026), bem como o levantamento do sigilo da Pet 15.556 (e dos procedimentos nela contidos ou a ela relacionados), ressalvadas exclusivamente as diligências em andamento ou a serem realizadas, para os quais se pudesse antever possíveis prejuízos à sua efetividade”.

Questionamentos

Em manifestação enviada mais cedo a Fachin, a Procuradoria-Geral da República (PGR), na peça assinada pelo número 2 do órgão, questionou o fato de a lista de documentos liberados pelo ministro André Mendonça sobre

o caso Master não conter “grande parte dos procedimentos correlatos à investigação mais ampla da chamada Operação Compliance Zero”. A PGR pediu o levantamento do sigilo “sem exceção”.

“O que se verifica, porém, da listagem encaminhada é que nela não se contém grande parte dos procedimentos atualmente correlatos à investigação mais ampla da chamada Operação Compliance Zero (IPL 5026), fato que, embora se suponha motivado por alguma razão escusável de ordem administrativa, pode induzir à ideia equivocada de que a transparência que animou a medida proposta por V. Exa, perca, ao fim e ao cabo, o seu sentido último”, diz o vice-procurador-geral, complementando:

“Nessas condições, e para que não se dê tratamento diferenciado a situações de igual repercussão, o Ministério Público Federal requer seja determinado o levantamento do sigilo, sem exceção, de todas as peças e procedimentos vinculados à PET 15556, com as ressalvas já mencionadas”.



Rosinei Coutinho / STF

André Mendonça recebeu a determinação de abrir o sigilo de todo o conteúdo dos procedimentos correlatos à investigação da Operação Compliance Zero

Envolto em caso, Gonet não assina parecer

Envolto nos desdobramentos do caso Master, o procurador-geral da República, Paulo Gustavo Gonet Branco - que afirmou ter “saudades” de Daniel Vorcaro e chamou o banqueiro de “máquina” - não assinou nesta sexta-feira parecer do Ministério Público Federal que pediu ao STF a derrubada integral do sigilo da Operação Compliance Zero.

A manifestação, de apenas duas páginas e endereçada à presidência da

Corte, foi assinada pelo vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand Filho.

A ausência de Gonet alimenta rumores de que o procurador-geral poderá não participar do julgamento na próxima terça-feira, 15, quando o plenário do Supremo irá decidir o futuro de Alexandre de Moraes na Corte.

O ministro está sob suspeita no caso, a partir do contrato de R\$ 131 milhões firmado pelo escri-

tório de advocacia de sua família, o Barci de Moraes, com o Banco Master. O próprio Moraes revisou e retocou a versão final do documento ao menos duas vezes.

Oficialmente, o Ministério Público Federal nega que Gonet irá se declarar suspeito para atuar no julgamento e afirma que o procurador-geral - citado no relatório da Polícia Federal que recuperou 52 mensagens entre Vorcaro e Moraes -, estará no ple-

nário. Procuradores ouvidos pelo Estadão garantem que Gonet ocupará, na sessão, a cadeira reservada ao Ministério Público, à direita do presidente do STF, Edson Fachin.

Na quarta-feira, 9, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pediu que Paulo Gonet seja substituído por outro integrante do Ministério Público na ação sobre as mensagens encontradas no celular de Vorcaro. A entidade pon-

tua que o próprio Edson Fachin pediu a Gonet que prestasse “esclarecimentos acerca dos fatos”.

Segundo relatório da Polícia Federal, Vorcaro conversou com Moraes sobre meios de barrar a Operação Compliance Zero contra ele. E teria questionado o ministro se não seria possível “reverter isso com Paulo ou Andrei?”. De acordo com os investigadores, Paulo é uma referência ao procurador-geral da República.

Andrei Rodrigues nega que PF tenha monitorado André Mendonça

Diretor-geral da PF apresentou sua defesa ao presidente do STF, Edson Fachin, e afirmou que “não existiu, em absoluto, qualquer monitoramento ilícito” ao ministro

Lula Marques / Agência Brasil

Agência Brasil

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, afirmou nesta sexta-feira (11) em sua manifestação ao ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que relatórios de inteligência produzidos pela corporação e enviados à Corte, por determinação do ministro Alexandre de Moraes, foram elaborados de forma regular e não configuraram monitoramento de autoridades.

Andrei Rodrigues sustentou que sua atuação se limitou ao cumprimento de uma ordem judicial e pediu que seja rejeitado seu afastamento do cargo.

“Não existiu, em absoluto, qualquer monitoramento ilícito de Ministro deste E. STF e tampouco do Ilmo. Advogado-Geral da União. Os documentos que foram questionados pela decisão proferida na Pet 16662 não são decorrentes de ações de vigilância, coleta clandestina de dados, ou qualquer medida invasiva”, sustentou o delegado.

Na terça-feira (9), o ministro André Mendonça, relator do caso do Banco Master no STF, decidiu afastar preventivamente Andrei Rodrigues do comando da PF, sob alegação de irregularidades na produção dos relatórios e de um suposto monitoramento ilegal do próprio ministro. O diretor de Inteligência da PF, Leandro Almada, também chegou a ser afastado.

Ambos, no entanto, re-



Andrei Rodrigues também negou que os relatórios seriam apócrifos, como acusou o ministro André Mendonça

tomaram os cargos no dia seguinte, após decisão proferida por Fachin, em pedido da Advocacia-Geral da União (AGU).

O presidente do STF havia dado até 48 horas para que Andrei Rodrigues apresentasse sua defesa e agora vai decidir se ele será mantido no cargo ou não.

A liminar do ministro André Mendonça que determinou o afastamento da cúpula da PF foi uma resposta ao pedido de abertura de investigação feito pelo ministro Alexandre de Moraes contra o próprio Mendonça, baseado nos relatórios da PF.

Moraes apontou a presença de indícios de prática de improbidade administrativa, abuso de autoridade e crime de responsabilidade de Mendonça durante a relatoria das investigações sobre os descontos ilegais de aposentados do INSS e as fraudes do Banco Master.

Autoria institucional

Em sua manifestação de defesa, Andrei Rodrigues negou que os relatórios seriam apócrifos, como acusou o ministro André Mendonça, em sua decisão de afastá-lo do cargo.

“Os relatórios em exame têm autoria institucional, a qual foi declarada no próprio documento e restou confirmada pelo registro em sistema. A ausência do nome do analista não se trata de celeuma, mas de reflexo do dever de proteção dos profissionais de inteligência imposto pelo Decreto nº 8.793/2016 e pela própria doutrina de inteligência”, argumentou.

Em sua defesa, Andrei Rodrigues também questionou a legitimidade do Partido Novo para pedir seu afastamento do cargo. Foi com base em um pedido da legenda que o ministro

André Mendonça deferiu a liminar que determinou o afastamento do diretor-geral da PF.

Segundo ainda a manifestação apresentada ao presidente do STF, o partido poderia comunicar à autoridade policial a existência de uma possível infração penal, mas não teria legitimidade para requerer diretamente ao Judiciário a adoção de uma medida cautelar contra uma pessoa determinada.

Outro ponto sustentado por Andrei Rodrigues é o fato de os relatórios de inteligência terem sido produzidos por determinação judicial, não havendo desvio funcional ou conduta ilícita por parte do diretor-geral.

AGU

AAGU também reiterou nesta sexta-feira o pedido para que o diretor-geral da PF seja mantido no cargo. Em

manifestação ao presidente do STF, o órgão argumentou que o afastamento judicial do chefe da corporação interfere diretamente nas competências constitucionais do presidente da República, a quem cabe a direção superior da Administração Federal e o provimento dos cargos públicos federais.

Segundo a AGU, a direção-geral e a diretoria de Inteligência da PF integram o “núcleo de direção estratégica” da instituição, de modo que o afastamento de seus titulares afetaria não apenas a situação funcional dos servidores, mas a própria organização administrativa e a cadeia de comando da polícia.

Guerra de decisões

A crise entre ministros do Supremo emergiu na semana passada, após André Mendonça retirar o sigilo de um relatório da PF com mensagens supostamente enviadas por Vorcaro a Moraes. As conversas mostram citações aos nomes de Moraes e do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Em resposta, Moraes incluiu Mendonça no inquérito das Fake News, relatado por ele, baseado em um relatório interno e inconclusivo da Polícia Federal. O relatório dizia que Mendonça teria, em tese, praticado uma série de condutas tipificadas como improbidade administrativa, abuso de autoridade e favorecimento a determinados grupos políticos.

Nesta semana, André Mendonça aceitou um pedido do partido Novo e afastou Rodrigues e Almada. Flávio Dino determinou a reintegração de ambos.

JUSTIÇA

Moraes pede que Plenário julgue seu caso e o de Mendonça juntos

O STF vai julgar se abre investigação contra o ministro na terça-feira. Na mesma sessão, ele quer que seja analisado o procedimento para apurar supostas irregularidades do colega

Estadão Conteúdo

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu ao presidente da Corte, Edson Fachin, que o julgamento marcado para a próxima terça-feira, 15, sobre a abertura ou o arquivamento de uma investigação contra ele por supostos crimes na relação com Daniel Vorcaro seja analisado em conjunto com o procedimento instaurado pela Presidência do STF para apurar supostas irregularidades atribuídas ao ministro André Mendonça na condução do caso.

Moraes pede que o julgamento de terça inclua representações que apontam suposta quebra de imparcialidade e suspeitas de improbidade administrativa, crimes de responsabilidade e abuso de autoridade por parte de Mendonça, que autorizou a Polícia Federal a redigir um relatório com as mensagens entre

Moraes e Vorcaro.

O ministro Alexandre defende que os dois procedimentos sejam julgados em conjunto para evitar, segundo ele, o “risco concreto de decisões contraditórias e de tumulto processual”.

Na manhã de 1º de setembro, o Estadão detalhou as principais vertentes da relação entre Moraes e Vorcaro, como pedidos reiterados do ban-

queiro para que o ministro entrevistasse junto ao delegado Andrei Rodrigues e ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, com o objetivo de travar as investigações sobre negócios fraudulentos do Master; a participação de Moraes na edição de um contrato de R\$ 131 milhões entre Viviane Moraes e Vorcaro; conversas sobre uma possível saída do banqueiro do País antes

de sua prisão; cobranças relacionadas a pagamentos ao escritório Barci de Moraes; e a autorização de cartões de crédito com limite de R\$ 300 mil para os filhos do ministro.

Após a revelação das mensagens pelo Estadão e o posterior levantamento do sigilo do relatório pelo ministro André Mendonça, Alexandre de Moraes tomou medidas contra o relator do caso Master no

âmbito do inquérito das fake news, que, na última quarta-feira, 9, deixou seu gabinete e passou à relatoria do presidente do STF, Edson Fachin.

Imparcialidade

Moraes atribui a Mendonça quebra da imparcialidade judicial e favorecimento a determinados grupos políticos na relatoria das operações Sem Desconto e Compliance Zero.

Ele sustenta que a conduta de Mendonça consiste em: 1) Usurpação da direção das investigações das autoridades policiais, inclusive com determinação de medidas administrativas que afastaram a observância da cadeia de custódia prejudicando a produção probatória; 2) Condução irregular das tratativas de eventual colaboração premiada; 3) Direcionamento de determinados alvos para investigação (Ministro Alexandre de Moraes e Senador Davi Alcolumbre), por motivos pessoais e políticos, inclusive com a indicação prévia de medidas cautelares a serem apresentadas pela Polícia Federal.



Victor Piemonte / STF

Alexandre de Moraes tomou medidas contra o relator do caso Master no âmbito do inquérito das fake news

Ministros tentam cancelar ou adiar sessão

Ministros próximos a Alexandre de Moraes insistem na tentativa de cancelar ou adiar a sessão agendada para terça-feira, 15, para discutir se o colega será investigado por supostas ligações com Daniel Vorcaro. O principal argumento é o de que o pedido de Moraes para André Mendonça ser investigado deveria ser julgado na mesma sessão.

Integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) fizeram esse pedido a Ed-

son Fachin nas reuniões individuais que o presidente teve com cada um deles na quinta-feira, 10. Para esse grupo, Mendonça deveria ser investigado por irregularidades na condução do caso Banco Master e por ter direcionado as apurações com o intuito de chegar ao nome de Moraes.

Nesta sexta-feira, 11, essa ala acrescentou outro argumento para defender essa posição. Fachin pediu para Mendonça derrubar

o sigilo das investigações sobre o Banco Master. Segundo aliados de Moraes, o ministro fez isso de forma seletiva. Por outro lado, diante de todo o material disponibilizado, ministros alegam que não haveria tempo hábil para examinarem tudo até a próxima semana.

Um dos integrantes do Supremo também disse a Fachin que não seria prudente realizar esse debate público neste momento, às vésperas do processo

eleitoral, para o caso não ser ainda mais usado politicamente pelas campanhas. Para esse ministro, no atual cenário, o ideal seria analisar a questão depois das eleições de outubro.

Fachin, no entanto, teria discordado do colega. Na avaliação do presidente do STF, o plenário deve analisar o pedido de apuração contra Moraes o quanto antes, e de forma pública, para dar satisfação à sociedade diante de

indícios graves contra integrantes da Corte.

Nos bastidores, há expectativa de que um ministro pedirá para a sessão ser fechada ao público assim que ela começar. Caso a solicitação não seja atendida pela maioria do plenário, aumentaria a chance de haver pedido de vista, o que adiaria a discussão para um futuro incerto. Ainda assim, os outros ministros poderiam antecipar seus votos.

Vorcaro tinha informações do MPF, da PF e até da Interpol

De acordo com dados do inquérito divulgado pelo STF, o ex-banqueiro pagava R\$ 1 milhão a um grupo que conseguia acesso sobre as investigações que eram abertas contra ele

Agência Brasil

O grupo ligado ao então banqueiro Daniel Vorcaro, ex-dono do Banco Master, tinha acesso a informações sobre investigações contra ele no Ministério Público Federal (MPF), em sistema de acesso exclusivo a policiais federais e até da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), integrada por 196 países.

A revelação faz parte de um relatório da Polícia Federal (PF), datado de 27 de fevereiro deste ano, enviado ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, relator da Operação Compliance Zero, que investiga fraudes bilionárias envolvendo o Master e Vorcaro.

O sigilo da investigação foi levantado após pedido do presidente do STF, ministro Edson Fachin. A PF aponta um grupo chamado de “A Turma”, que seria uma estrutura paralela de vigilância, milícia e coerção privada mantida por Vorcaro. Um dos integrantes era Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, tratado no documento como “Felipe Mourão” e “Sicário”.

De acordo com o documento que chegou às mãos de Mendonça, Daniel Vorcaro pagava R\$ 1 milhão por mês para manter a “Turma”.

Os investigadores apontam que Sicário foi contratado para realizar



A estrutura paralela de Daniel Vorcaro atuava em consultas realizadas sem autorização em sistemas internos das instituições

acesso “recorrente e irregular a procedimentos sigilosos em andamento no MPF, na PF, na Polícia Civil e no Banco Central”.

No documento de 164 páginas, que inclui reproduções (prints) de conversas de WhatsApp entre os envolvidos, incluindo funcionários públicos, a PF explica que o acesso clandestino se dava por meio da “utilização de logins funcionais de terceiros”.

A estrutura paralela atuava também na extração indevida de documentos e em consultas realizadas sem autorização em sistemas internos das instituições. “O conteúdo indica, de forma clara, o uso indevido de informações protegidas por sigilo, que eram obtidas e empregadas para a proteção da organização criminosa”, frisa a PF.

O relatório mostra, por exemplo, que em 15 de fevereiro de 2024, Vorcaro reencontrou a Sicário

uma mensagem perguntando sobre um determinado inquérito policial dentro da PF.

Quarenta minutos depois, Felipe Mourão responde com um áudio do policial federal aposentado Marilson Roseno da Silva. Na gravação, Marilson diz que “já havia feito contato com a ‘Tropa’ e que dariam uma atenção especial ao pedido de Daniel Vorcaro”.

O relatório acrescenta que Marilson tinha “acesso ilícito aos sistemas do MPF”. A Compliance Zero começou no início de 2024, a pedido do MPF.

Marilson foi preso no dia 4 de março de 2026 pela 3ª fase da operação, em Belo Horizonte.

No comunicado enviado a Mendonça, a PF afirma que “diante da gravidade de tal acesso”, realizou uma auditoria interna e identificou que o acesso indevido partiu da Delegacia da Polícia em

Juiz de Fora (MG).

“BRB AND MASTER”

Os investigadores descrevem que Sicário enviou pelo aplicativo de mensagens comprovantes de consultas realizadas nos sistemas do MPF. A busca foi feita referente ao CPF de Vorcaro. Foram identificados 15 procedimentos relacionados ao banqueiro, sendo 11 sigilosos.

As buscas eram feitas também com os termos “BRB AND MASTER”, para identificar todos os procedimentos em que ambos os termos apareciam. BRB é o Banco de Brasília, investigado pela compra de títulos financeiros fraudulentos do Master.

A pessoa que retorna a conversa com Sicário mostra interesse em manter discreto internamente o trabalho de busca. “Veja com ele se ele quer que entremos em todos os processos sobre o BRB

+ Master. São muitos. Eu entrei no primeiro, mas são muitos e às vezes pode chamar atenção”, mostra o print.

“Quero tudo. Atenção total”, responde o banqueiro. Sicário replica: “Então vou mandar puxar geral”.

Interpol e FBI

A PF relata que o nível de sofisticação e de intrusão em órgãos policiais alcançado pela “Turma” é tão relevante que “as evidências mencionam, até mesmo, o acesso a organismos internacionais, como o FBI e a Interpol”.

O FBI (Agência Federal de Investigação, na sigla em inglês), equivale à polícia federal dos Estados Unidos. A PF descreve que, em 24 de outubro de 2025, Felipe Mourão reencontra um print de tela com o logotipo da Interpol e mensagens com as seguintes frases: “O que está em branco foi para ocultar o nome de quem fez a pesquisa”, “Estamos aguardando o relatório principal do FBI” e “A Interpol está limpa”.

A PF informa no relatório ao STF que consultou a Interpol aqui no Brasil e obteve a resposta de que a identidade visual da tela reproduzida na mensagem não corresponde a mecanismos de busca disponibilizados pela Interpol.

No entanto, a organização internacional ressaltou que pode se tratar de mecanismos de buscas de outros países.

A PF levanta a hipótese de que a consulta tenha sido feita por meio de sistema de algum país com base em dados baixados da Interpol, “podendo-se inferir, de qualquer forma, que não se trata de usuário brasileiro”.

INTERNACIONAL

Irã usou IA para escolher navios dos EUA como alvo, diz Anthropic

Segundo a empresa americana, “agentes de ameaça” que utilizam seu modelo de Inteligência Artificial Claude já foram neutralizados. Rússia, China e Irã também usaram

de navegação de mísseis e pesquisas relacionadas a possíveis armas biológicas.

Usuários de países como Irã, Rússia, China e Irã estão entre aqueles identificados por uso indevido dos modelos de ponta da empresa de IA no último ano, segundo um relatório divulgado pela equipe de inteligência de ameaças da Anthropic.

“Ao longo do último ano, nossas equipes de inteligência de ameaças investigaram e neutrali-

zaram diversos agentes de ameaça que utilizaram o Claude para desenvolver software destinado ao projeto e desenvolvimento de armas, ou para apoiar a coleta de informações e a aquisição de recursos dos quais os programas de armamentos dependem”, afirmou.

“Identificamos e neutralizamos um agente de ameaça vinculado ao Irã que utilizava o Claude para coletar e analisar dados de acesso público, a fim de desenvolver re-

comendações de alvos contra forças navais dos EUA na região. O material compilado incluía uma lista de pessoal dos EUA extraída de legendas de fotografias militares públicas, identificadores de transponders de navios e aeronaves acessíveis ao público, scripts de consulta a imagens de satélite comerciais; e um inventário de sites públicos que revelavam movimentações navais dos EUA”, indicou a publicação.

“Identificamos uma célula de agentes de ameaça sediada no norte do Irã que conduzia três programas de desenvolvimento de armamentos: um foguete guiado que utilizava um computador de voo comercial de classe de telefone celular, com sistema de guiagem terminal, um míssil balístico de múltiplos estágios com uma meta de alcance declarada superior a 2.000 km; e um míssil de múltiplas variante que incluía uma variante de veículo planador hipersônico”, apontou a empresa. Por sua vez, o documento não indica diretamente ligação com o grupo Houthi, que contro-

la a região.

11 de setembro

Os Estados Unidos realizaram nesta sexta-feira cerimônias para marcar os 25 anos dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, que deixaram quase três mil mortos e centenas de feridos.

Os ex-presidentes americanos George W. Bush, que estava no cargo no dia dos atentados, Bill Clinton, Barack Obama e Joe Biden participaram de uma cerimônia no Memorial Nacional do 11 de Setembro, em Nova York. O atual vice-presidente dos EUA, JD Vance, também esteve no evento.

No local, a leitura dos nomes de todas as vítimas, que durou horas, começou com o toque de um sino, seguido por um minuto de silêncio.

O presidente dos EUA, Donald Trump, optou por não ir a Nova York e participou da cerimônia realizada no Pentágono, ao lado do secretário de Defesa, Pete Hegseth. No dia dos atentados, o republicano estava em Nova York, sua cidade natal.



Reprodução / Redes Sociais

A Anthropic revelou que um agente de ameaça vinculado ao Irã utilizava o Claude para coletar e analisar dados para selecionar alvos das forças navais dos EUA

Japão pede ajuste no novo mapa-múndi

País enviou solicitação à ONU devido ao que chamou de “equivoco” envolvendo a Rússia

informações são da agência Jiji Press.

Segundo a agência, o mapa disponível em um site apresenta as ilhas com a mesma cor utilizada para representar o território russo. O pedido de alteração foi encaminhado ao operador da página por meio da Embaixada do Japão nos Estados Unidos, informou nesta quinta-feira, 10, o secretário-chefe do Gabinete japo-

nês, Minoru Kihara.

“Há representações (no mapa) que contradizem a posição do governo japonês”, afirmou Kihara durante entrevista coletiva. “Precisamos impedir que se espalhem percepções incorretas sobre os territórios e nomes geográficos do nosso país.”

O próprio mapa informa que as quatro ilhas, chamadas pelo Japão de Territórios do Norte, são efetivamente

controladas pela Rússia, mas reivindicadas pelos japoneses. O governo de Tóquio sustenta que elas integram o território inerente do Japão, de acordo com a Jiji Press.

A projeção cartográfica Equal Earth busca representar com precisão o tamanho de cada continente. No início deste mês, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução que pede a utilização de mapas

produzidos com essa projeção.

As relações entre Rússia e Japão são marcadas por uma disputa pelas ilhas Curilas, conhecidas no Japão como Territórios do Norte. O arquipélago foi ocupado pela União Soviética em 1945, nos últimos dias da Segunda Guerra Mundial, e permanece sob controle russo desde então, com presença militar na região.



IVANI CARDOSO
ivani@redebenews.com.br

FOCO

“A música é o meu lugar”

Paulo Santos da Silva Júnior era um bebê diferente. Não engatinhou e já saiu andando na ponta dos pés. Não conseguia tomar água ou alimentos sólidos, foi amamentado pela mãe até quase 4 anos de idade e a seletividade alimentar demorou a passar. O pai precisou aprender a cortar seu cabelo, porque ele tinha tanta sensibilidade que não suportava ir ao barbeiro.

Hoje, aos 34 anos, Paulo é compositor e professor de música (violão, bateria, guitarra, percussão e ukelele) e agradece pelos pais que sempre o criaram para fazer tudo do que os outros garotos de sua idade faziam, mesmo enfrentando vários desafios.

O primeiro foi conseguir o diagnóstico na infância, em Belmonte, uma pequena cidade da Bahia. Por destino ou sorte, o clínico geral da cidade que cuidava da sua mãe notou que ele era diferente das outras crianças. Como era muito estudioso descobriu nele as características de autismo bem cedo.

A mãe, dona Efigênia, é pedagoga e tinha percebido alguns comportamentos fora do padrão no filho mais novo. Na época, década de 90, não existiam pesquisas aprofundadas.

Quando veio o diagnóstico, os pais de Paulo entenderam que era preciso acolher e dar segurança. A mãe alfabetizou o garoto em casa e ele entrou direto no primeiro ano. Como estava muito à frente da classe, foi transferido para o segundo ano.

A aula de Educação Física era um sacrifício: “Os gritos me incomodavam, era um excesso de estímulo, parecia que eu estava em um mundo hostil. O professor entendeu, e durante a aula eu ficava lendo na biblioteca, foi bem melhor.”

Desde criança só queria instrumentos musicais de brinquedo e as primeiras tentativas de buscar sons foram as panelas da mãe. A música chegou como salvação: “Minha memória sempre foi mais sensorial. Eu enxergava as cores nos sons: o sol e o dó, por exemplo, para mim são o verde e o azul. Quando escrevo uma partitura é como se estivesse pintando um desenho”, revela.

Se ainda hoje há preconceito e desconhecimento sobre o autismo, dá para imaginar a preocupação dos pais: “Eles não queriam que eu me sentisse ou que os outros me vissem como incapaz. Muitas vezes o laudo passa a ser usado como escudo pelos pais, limitando e superprotegendo.



Divulgação

Desde pequeno minhas emoções eram à flor da pele e hoje, felizmente, eu consigo sublimar tudo para o meu trabalho, para a minha música.”

O que poderia ser um problema virou um facilitador: “Eu sinto os detalhes da música de uma forma que os outros não sentem. Quando eu entrei com 7 anos no Conservatório de Itabuna eu me encontrei, com 13 anos fui convidado para dar aulas de violão clássico nessa escola.”

Paulo também morou em Porto Seguro e conheceu a esposa quando teve um problema sério no braço e ela era a fisioterapeuta que cuidou dele. O casal veio para Santos para ficar mais próximo das empresas de instrumentos com quem trabalha, que estão em São Paulo. Sabia que numa cidade de praia ficaria melhor.

Os primeiros tempos em Santos foram mais complicados, mudanças mexem com ele. Se tiram uma cadeira do lugar ele sabe. “Vou

encontrando minha zona de conforto e crio estratégias para as situações que me incomodam. Depois que eu entendi o que acontecia comigo, fiquei muito mais tranquilo.”

Ele costuma dizer uma frase que resume bem o desenrolar de sua vida: “Um autista 1 de Suporte é muito estranho para ser normal e é muito normal para ser estranho, eu ficava num limbo total. até me encontrar como músico. Depois de adulto eu tive consciência que quando criança e adolescente eu aprendi a emular no normal, eu copiava o que os outros faziam. Mas não tinha amigos, sempre fui um lobo solitário.”

O caminho da música veio sem volta e Paulo vai afinando suas emoções. Se está fazendo um show, o barulho em volta não perturba, mas quando acaba ele é o primeiro a sair. “No palco e na música não há insegurança. É como se eu estivesse dentro de uma bolha de proteção e nada me atinge. Se tem muita gente em volta eu fico prestando atenção em tudo, fico sem foco. Minha esposa Sandra só de olhar já sabe quando eu não estou bem.”

Paulo tem composições clássicas e populares espalhadas em muitos cantos, para ele é muito fácil compor, habilidade que desenvolveu quando trabalhou como músico de estúdio. Hoje tem seu home estúdio e patrocinadores para o desenvolvimento de produtos musicais.

Compara sua trajetória como se estivesse num quebra-cabeça, mas sempre faltando uma peça. “A peça que faltava era a música. Acho que as mães de crianças com espectro autista sentem muito medo do futuro. É preciso que os pais aprendam a dessensibilizar e procurem o hiperfoco dos filhos. Pode ser música, dança, pintura, cada um tem o seu.”

Para ele, a música transforma qualquer pessoa, envolve os dois hemisférios do cérebro, a coordenação e muitos outros benefícios. “A música é meu ponto de segurança”, diz com orgulho.

PS: Paulo é meu professor de percussão e ele é excelente!



NÚRIA BIANCO e colaboradores
vitrine@redebeneews.com.br

PRÊMIOS, MISSÕES INTERNACIONAIS E NOVIDADES

O Vitrine desta semana reúne os principais destaques e movimentações dos setores de transporte, logística e aviação: da celebração da Santos Brasil no Prêmio Valor 1000 a missões internacionais portuárias na Europa e América Latina, além de importantes novidades estratégicas na aviação geral e no comando de uma das maiores empresas de logística do País. Boa leitura!



A operadora portuária e logística Santos Brasil foi a campeã do Prêmio Valor 1000, edição 2026, no setor de Transporte e Logística. A promoção é uma realização do jornal Valor Econômico e da Época Negócios, em parceria com o Centro de Estudos em Finanças da Escola de Administração de Empresas da FGV e a Serasa Experian. A cerimônia de premiação aconteceu na noite de terça-feira, dia 8, em São Paulo. Representaram a empresa: o COO Ricardo Buteri, o diretor-presidente Antonio Carlos Sepúlveda e o diretor de terminais Charles Thibault.



Também na sexta, a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) encerrou a Imersão Internacional 2026, que passou pelo Chile e pelo Panamá. Na visita ao Porto Valparaíso, estiveram: o presidente da Federação, Sérgio Aquino, a gerente executiva Maria Cristina Dutra, e o conselheiro Leonardo Felix Ribeiro.



Terminou nessa sexta-feira, dia 11, a Jornada Técnica Internacional da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) na Bélgica. A comitiva, formada por empresários e autoridades, conheceu o complexo binacional North Sea Port, o Porto de Antwerp-Bruges e o terminal de contêineres da DP World Antuérpia. Na foto: Roberto Oliva, presidente do Conselho Deliberativo da ABTP; Wilson Lima Filho, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Cláudia Borges, diretora-executiva de Relações Institucionais e de Comunicação da ABTP; Aléx Avila, secretário nacional de Portos; e Jesualdo Conceição Silva, diretor-presidente da ABTP.

A Movecta, uma das principais empresas de logística integrada do Brasil, anunciou a nomeação de Caroline Pepe Leonard como nova Chief Financial Officer (CFO). A chegada reforça a estrutura financeira da companhia para a execução do Plano Movecta 2030, que prevê dobrar o faturamento da empresa em cinco anos.



A equipe da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) visitou nessa semana a sede da Aeroportos do Brasil (ABR) para a apresentação da Superintendência de Operações da Aviação Geral (SAG). Estiveram presentes: o assessor da Diretoria da Anac Luiz Andre Gordo; o diretor da Anac Claudio Beschizza Ianelli; o CEO da ABR, Fábio Rogério Carvalho; e o novo superintendente de Operações da Aviação Geral (SAG) da agência, Edvaldo Oliveira.